

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES***  
***CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL***

**2011/2012**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

**O BRASIL: AS RESPONSABILIDADES DE UMA  
POTÊNCIA**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA

***JOSÉ LUÍS DE SOUSA DIAS GONÇALVES***  
***CORONEL DE ARTILHARIA***



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**O BRASIL: AS RESPONSABILIDADES DE UMA  
POTÊNCIA**

**José Luís de Sousa Dias Gonçalves  
Coronel de Artilharia**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2011/12

Lisboa, 2012



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**O BRASIL: AS RESPONSABILIDADES DE UMA  
POTÊNCIA**

**José Luís de Sousa Dias Gonçalves  
Coronel de Artilharia**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2011/12

Orientador: CMG M Vladimiro José das Neves Coelho

Lisboa, 2012



## **Agradecimentos**

Manifesto o meu reconhecimento ao Capitão-de-Mar-e-Guerra de Marinha Vladimiro José das Neves Coelho, orientador deste trabalho, pelo aconselhamento, estímulo e permanente disponibilidade, que em muito contribuíram para uma maior profundidade da investigação e clareza deste estudo.

Expresso a minha gratidão ao Coronel de Infantaria João Otílio Passos Gonçalves pelo apoio e pelas oportunas sugestões que permitiram melhorar a metodologia e o carácter científico deste trabalho.

Agradeço, também, a todos os entrevistados, e aos que responderam ao meu Questionário, pela gentileza de me dispensarem um pouco do seu tempo para responderem às questões que lhes coloquei e cujas respostas foram essenciais para a clarificação e consolidação da abordagem à temática em análise.

Um agradecimento aos Auditores do CPOG 2011-2012, pela camaradagem e profícua troca de impressões, que constituíram uma inestimável fonte de informação e de reflexão para este trabalho.

Por fim, um agradecimento ao meu filho Tiago e à minha irmã Ester e David Dyal, pelos contributos para o *abstract* e para a revisão ortográfica.



## Índice

<b>Resumo .....</b>	<b>iv</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>v</b>
<b>Palavras-chave .....</b>	<b>vi</b>
<b>Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.....</b>	<b>vii</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1. O Brasil no Sistema Político Internacional.....</b>	<b>6</b>
a. Enquadramento do Brasil à luz das principais teorias geopolíticas .....	6
(1) O Brasil à luz das principais escolas do pensamento geopolítico.....	6
(2) O Brasil à luz da escola geopolítica brasileira .....	7
b. Análise geopolítica e geoestratégica .....	8
(1) Fator físico .....	8
(2) Fator humano .....	10
(3) Fator recursos naturais .....	12
(4) Fator circulação.....	14
(5) Fator tecnológico.....	16
(6) Fator estruturas.....	17
c. Síntese conclusiva .....	20
<b>2. A postura estratégica do Brasil no início do século XXI.....</b>	<b>21</b>
a. O fator político – potência regional, ator global .....	21
b. O fator económico – o surpreendente dinamismo económico .....	23
c. O fator militar – a componente de <i>hard power</i> .....	28
(1) A Estratégia Nacional de Defesa .....	28
(2) O Ministério da Defesa e as Forças Armadas .....	29
d. Síntese conclusiva .....	32
<b>3. A afirmação do Brasil no Atlântico Sul e como potência mundial.....</b>	<b>34</b>
a. A importância geoestratégica do Atlântico Sul para o Brasil .....	34
b. O Brasil e os principais atores no Atlântico Sul .....	35
(1) As relações Brasil – América do Sul .....	35
(2) As relações Brasil – EUA .....	37
(3) As relações do Brasil com a Rússia, Índia e China (BRIC).....	37
(4) As relações de cooperação Sul-Sul .....	38
(5) As relações Brasil – África .....	38



c. A afirmação do Brasil como potência mundial.....	39
(1) Uma política de defesa assertiva.....	39
(2) As responsabilidades do Brasil como potência mundial.....	41
d. Síntese conclusiva.....	42
<b>Conclusões.....</b>	<b>43</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>46</b>

### Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa Político do Brasil .....	9
Figura 2 - População do Brasil em 2020 e 2050 .....	11
Figura 3 - Mapa do sistema rodoviário do Brasil.....	15
Figura 4 - <i>Ranking</i> dos países com maior índice de confiança do IDE em 2012.....	26
Figura 5 - <i>Ranking</i> dos dez maiores orçamentos de Defesa em 2010 .....	30

### Índice de Tabelas

Tabela 1 – Dados das Forças Armadas do Brasil.....	19
--	----

### Índice de Anexos

Anexo A – Sistematização dos fatores geopolíticos/geoestratégicos.....	Anx A-1
Anexo B – Amazônia Azul.....	Anx B-1

### Índice de Apêndices

Apêndice 1 – Glossário de conceitos.....	Apd 1-1
Apêndice 2 – Quadro síntese das variáveis económicas.....	Apd 2-1
Apêndice 3 – Quadro síntese da análise geopolítica/geoestratégica.....	Apd 3-1
Apêndice 4 – Análise de resultados do questionário.....	Apd 4-1
Apêndice 5 – Diagrama de validação das hipóteses.....	Apd 5-1



## Resumo

O presente trabalho analisa as capacidades do Brasil, na atual conjuntura internacional, e as suas relações com os principais atores internacionais, mormente na sua área de ação privilegiada – o Atlântico Sul – e avalia a sua aptidão e vontade para se afirmar como potência mundial, procurando identificar os instrumentos de poder e as responsabilidades inerentes a esse estatuto.

O Brasil pode utilizar os seus fatores económico, político e militar, como instrumentos de poder, para se afirmar como ator proeminente do Sistema Político Internacional, com particular ênfase para os fatores económico e político.

A nível económico, a dimensão territorial, a população e os recursos naturais colocam-no no patamar das grandes potências, com perspectivas de que a posição do Brasil, no *ranking* mundial, possa vir a subir, à medida que tiver lugar uma maior coesão interna, uma maior integração regional e uma maior internacionalização da economia e das empresas brasileiras no mundo.

A nível político, a utilização da estratégia multilateral e da cooperação internacional Sul-Sul, enquanto instrumentos privilegiados do *soft power* brasileiro, surtiram um efeito muito positivo, com o país a estar hoje presente, na sua qualidade de potência económica ou de representante do mundo em desenvolvimento, em todos os *fora* relevantes, onde se discutem as grandes questões da atualidade, como sejam o G13 e o G20, faltando-lhe apenas a integração como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A vontade demonstrada pelo poder político do Brasil com a adoção da Estratégia Nacional de Defesa representa um significativo passo em frente para que o país possa dispor, num futuro próximo, de um instrumento adicional de poder que acompanhe o nível de participação a que o país aspira a nível mundial.

As relações de cooperação com os principais atores com interesses no Atlântico Sul são fundamentais para a afirmação do Brasil como potência regional e esta pode ser vista como etapa para a sua afirmação como potência mundial. E a afirmação do Brasil passa também pela assunção das suas responsabilidades na cena internacional, reforçando o seu comprometimento com a segurança e prosperidade globais.

Em conclusão, o potencial estratégico do Brasil, percebido das capacidades que os fatores geopolíticos e geoestratégicos lhe conferem, posiciona-o como a potência regional na América do Sul e como potência mundial a médio prazo (2020 a 2030).



### **Abstract**

*The present work examines the capabilities of Brazil in the international state of affairs at present and its relationship with the main international players, especially in its privileged area of action - the South Atlantic - and assesses its ability and will to assert itself as a world power, trying to identify the tools of power and the inherent responsibilities of this policy.*

*Brazil can use its economic, political and military factors as tools of power to assert itself as a prominent player of the International Political System, especially the economic and political factors.*

*At the economic level, the territorial dimension, the population and natural resources places it on the level of the great powers, and suggests that the position of Brazil in the world ranking might go up with better internal cohesion, a greater regional integration and more internationalization of the economy and brazilian companies in the world.*

*At the political level the use of multilateral strategies and international South-South cooperation, as privileged tools of brazilian soft power produced a very positive outcome, and granted it a quality status of economic power that led it to be prominent in all the relevant forums, like G13 and G20. What is still to be achieved is its integration as a permanent member of United Nations Security Council.*

*The will demonstrated by the political power of Brazil with the adoption of the National Defense Strategy represents a significant step forward in the country's ability of disposing of an additional instrument of power that will match the level of participation that the country aspires in the world level, in the near future.*

*The cooperation with the major players with interests in the South Atlantic are fundamental for the affirmation of Brazil as a regional power and this can be seen as a step for its confirmation as a world power. And the affirmation of Brazil is also based on the assumption of its responsibilities in the international scene, strengthening its commitment to global security and prosperity.*

*In conclusion, the strategic potential of Brazil due to the strength of the geopolitical and geostrategic factors places it as a regional power in South America and as a world power in the medium term (2020 to 2030).*





### **Palavras-chave**

- Brasil
- Potência
- Instrumentos de poder
- Responsabilidades
- Atlântico Sul

### ***Keywords***

- *Brazil*
- *Power*
- *Instruments of power*
- *Responsibilities*
- *South Atlantic*



## **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

AEB	Agência Espacial Brasileira
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANAC	Agência Nacional da Aviação Civil
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
AS	Atlântico Sul
bbl	Barril
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOG	Curso de Promoção a Oficial General
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DGPDN	Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional
DN	Defesa Nacional
EB	Exército Brasileiro
EDP	Eletricidade de Portugal
EIA	<i>Energy Information Administration</i>
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FFAA	Forças Armadas
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
G13	EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá, Federação Russa, China, Índia, México, Brasil e África do Sul
G20	Grupo das 20 maiores economias
Hip	Hipótese



IBAS	Índia, Brasil, África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDB	Indústria de Defesa Brasileira
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDN	Instituto da Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MME	Ministério de Minas e Energia
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OEА	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
p. e pp.	Página e Páginas
PAED	Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Atividades Espaciais
PNLT	Plano Nacional de Logística e Transportes
ppc	Paridade de Poder de Compra
PT	Partido dos Trabalhadores
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada/Questões Derivadas
RFB	República Federativa do Brasil
SCD	Satélites de Coleta de Dados



SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SPI	Sistema Político Internacional
TIG	Trabalho de Investigação de Grupo
TI	Tecnologias de Informação
TII	Trabalho de Investigação Individual
TM	Tráfego Marítimo
TNP	Tratado de Não-Proliferação
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNIFA	Universidade da Força Aérea
UNIFIL	<i>United Nations Interim Force in Lebanon</i>
USD	<i>United States Dollar</i>
VBR	Viaturas Blindadas de Rodas
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



*“A visão política da realidade brasileira e mundial [...] argumenta que o interesse superior dos Estados é garantir a melhoria crescente do bem-estar de suas populações e a segurança de seus territórios, e que, no caso de certos Estados, o interesse pela segurança ultrapassa o âmbito do território nacional e passa a ser regional e até mesmo global.”*

*Samuel Pinheiro Guimarães*

## **Introdução**

### **Enunciado, contexto e base conceptual**

O enunciado do tema, “*O Brasil: as responsabilidades de uma potência*”, leva-nos a questionar se o Brasil quer ser e se quer afirmar como uma potência mundial, isto é, até que ponto o Brasil tem vontade e capacidade efetiva para assumir em pleno este estatuto no palco mundial.

A imagem da “eterna promessa do futuro” tem acompanhado o Brasil ao longo de décadas. Therezinha de Castro<sup>1</sup> ao referir-se ao Brasil afirmou que “... *no âmbito das Relações Internacionais, apesar dos grandes espaços vazios por preencher e integrar, figuramos entre as nações mais populosas do Globo. Nação das mais populosas [...] com três condições fundamentais para ser Grande Potência, pois temos: espaço, posição e matérias-primas; somos portanto, dentro do conceito geopolítico global, uma Nação Satisfeita*” (1986, p. 34).

Para a edificação do modelo de análise e para a compreensão dos conceitos utilizados neste estudo, convém revisitar os conceitos mais relevantes de Estratégia e Geopolítica. O glossário de conceitos consta do Apêndice 1.

### **Importância do estudo**

Em 1940, Stefan Zweig, um escritor judeu austríaco, fugindo do nazismo na Europa, acabou por radicar-se no Brasil. Aí ele escreveu a sua obra mais controversa, “*Brasil, um país do futuro*” (1941), verdadeiro hino em honra deste país continente.

Desde então, o Brasil tem sido considerado a “eterna promessa do futuro”. Mas as próximas décadas apontam para uma outra imagem (mais radiante), cujo crescimento parece enraizado no presente. Mais do que nunca, o Brasil está emergindo como uma potência do presente e não apenas como uma promessa (eterna) do futuro.

A projeção do Brasil, como potência económica e política do século XXI, é uma realidade que constatamos na América Latina. O Brasil, a China e a Índia materializam,

---

<sup>1</sup> Therezinha de Castro (1930-2000) foi uma das personalidades brasileiras de maior expressão no campo da Geopolítica no último quartel do século XX.



embora em diferente escala, uma das mais profundas mudanças em curso na cena internacional, ou seja, o reequilíbrio do mundo em direção aos países emergentes<sup>2</sup>. Em 2009, pela primeira vez na história recente, o principal parceiro comercial do Brasil, da Índia e da África do Sul não foi um país da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), mas um país emergente, a China. Nesse ano, o investimento direto estrangeiro (IDE) que os países emergentes conseguiram monopolizar (46% do total), foi quase equivalente ao IDE recebido pelos países da OCDE (54%) (Santiso, 2011, p. 274).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que, até 2015, cerca de dois terços do crescimento global provenha dos países emergentes, enquanto na década de 90, representavam apenas, em média, 40% do crescimento global, e entre 2000 e 2007, em média, 58% (Ibidem).

Em última análise, a crise económica mundial de 2008-2009, só acelerou uma tendência que já havia surgido na última década, ou seja, a ascensão dos países emergentes, particularmente a China, a Índia e o Brasil. Sem dúvida que a próxima década será, mais do que nunca, destes países emergentes, ponderadas as devidas diferenças entre o Brasil e a China, pois esta já é uma potência global, e a Índia, que é uma potência nuclear.

É neste quadro que emerge o interesse de verificar se o Brasil tem vontade e capacidade efetiva para se afirmar como ator proeminente no Sistema Político Internacional (SPI) e assumir as responsabilidades inerentes ao estatuto de potência mundial, salvaguardando que uma coisa não implica necessariamente a outra<sup>3</sup>.

### **Objeto do estudo e sua delimitação**

O objeto do estudo assenta na avaliação do potencial estratégico do Brasil, na análise dos seus instrumentos de poder e na apreciação fundamentada da sua eventual afirmação como potência mundial, bem como da assunção das responsabilidades inerentes a esse estatuto.

Este trabalho está circunscrito a uma análise geopolítica e geoestratégica do Brasil<sup>4</sup>, à análise dos seus instrumentos de poder conjunturais (político, económico e militar) e à avaliação da vontade e capacidade efetiva do Brasil para se afirmar como potência

---

<sup>2</sup> Ver Apêndice 1 – Glossário de conceitos.

<sup>3</sup> O caso da China, que apesar de ser há várias décadas uma potência global, nunca assumiu claramente esse estatuto na cena internacional até ao início do século XXI.

<sup>4</sup> Análise efetuada de acordo com o Manual Escolar (ME 71-00-08) do IESM – Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica.



mundial, bem como da assunção das responsabilidades inerentes a esse estatuto.

### **Objetivos da investigação**

O objetivo geral desta investigação é analisar as capacidades do Brasil, na atual conjuntura internacional, e as suas relações com os principais atores internacionais, mormente na sua área de ação privilegiada – o Atlântico Sul – e avaliar da sua aptidão e vontade para se afirmar como potência mundial, procurando identificar os instrumentos de poder e as responsabilidades inerentes a esse estatuto.

Os objetivos específicos deste estudo são os seguintes:

- Analisar os fatores geopolíticos e geoestratégicos do Brasil e a capacidade para se afirmar a nível global;
- Identificar os instrumentos de poder para se afirmar como ator proeminente no SPI;
- Avaliar a influência do Brasil no Atlântico Sul como etapa para a sua afirmação como potência mundial e identificar as responsabilidades inerentes a esse estatuto.

### **Metodologia da investigação**

A metodologia a seguir está de acordo com a Metodologia de Investigação Científica, descrita na Norma de Execução Permanente do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM, 2011).

A metodologia de investigação utilizada baseia-se no método hipotético-dedutivo<sup>5</sup>, tendo por base conceitos sistémicos, hipóteses deduzidas e um modelo teórico. A coleta de dados fundamenta-se essencialmente na pesquisa documental, bibliográfica e na *Internet*, complementada com entrevistas exploratórias a especialistas e a personalidades no exercício de cargos de relevo, identificados com a área em estudo.

O percurso metodológico iniciou-se com uma revisão de literatura, designadamente no IESM, artigos e documentos de autores nacionais e estrangeiros disponíveis em bibliotecas ou acessíveis através da *Internet*, cujo conteúdo mereceu reflexão. Seguiram-se algumas entrevistas exploratórias, conduzidas junto de entidades com ligação ao tema, da Embaixada do Brasil em Lisboa, da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) e do Instituto da Defesa Nacional (IDN).

---

<sup>5</sup> Segundo Quivy e Campenhoudt (2003, p. 144) “*A construção deste método parte de um postulado ou conceito postulado, como modelo de interpretação do fenómeno estudado. Este modelo gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real*”.



Esta fase da investigação foi complementada com um questionário que tem como objetivo recolher informação relevante sobre o tema em estudo. Este questionário foi dirigido especialmente aos professores doutorados, civis e militares, da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Universidade da Força Aérea (UNIFA) do Brasil, e aos militares e civis ligados ao mundo académico universitário que integram o Grupo de Reflexão sobre o Brasil (projeto de investigação do IDN).

Após a delimitação do tema e clarificação da problemática, procedemos ao estabelecimento da seguinte Questão Central (QC):

**“De que forma o Brasil se pretende afirmar como um ator proeminente do SPI e assumir as responsabilidades inerentes ao estatuto de potência mundial?”**

No sentido de obter resposta para a QC, foram levantadas as seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1 – Tendo em consideração as capacidades que os fatores geopolíticos e geoestratégicos lhe conferem, qual o potencial estratégico do Brasil para se afirmar a nível global?

QD2 – Quais os instrumentos de poder que o Brasil pode utilizar na sua afirmação como ator proeminente do SPI?

QD3 – Em que medida a afirmação da influência do Brasil no Atlântico Sul pode ser vista como uma etapa para a afirmação do Brasil como potência mundial?

Para orientar o nosso estudo e para procurar dar resposta às QD foram formuladas as seguintes Hipóteses<sup>6</sup> (Hip), cuja validação decorrerá do processo de investigação:

Hip1 – O potencial estratégico do Brasil, percebido das capacidades que os fatores geopolíticos e geoestratégicos lhe conferem, posiciona-o atualmente como potência regional na América do Sul e como potência mundial a médio prazo.

Hip2 – O Brasil pode utilizar os seus fatores económico, político e militar, como instrumentos de poder, para se afirmar como ator proeminente do SPI, com particular ênfase para os fatores económico e político.

Hip3 – As relações de cooperação com os principais atores com interesses no Atlântico Sul são determinantes para a afirmação do Brasil como potência regional e esta pode, de facto, ser vista como etapa para a sua afirmação como potência mundial, com a inerente assunção de responsabilidades.

---

<sup>6</sup> De acordo com Quivy e Campenhoudt (2003: 136) a hipótese é definida como “*uma proposição que prevê uma relação entre dois termos, que, segundo os casos, podem ser conceitos ou fenómenos. É, portanto, uma proposição provisória, uma pressuposição que deve ser verificada.*”





## **Organização do estudo e conteúdo**

Na presente introdução enquadramos o tema proposto e a problemática que o envolve, definindo os objetivos de investigação a que nos propusemos e a metodologia seguida para sua validação, assente na procura sequencial da resposta às questões derivadas que formulámos.

O primeiro capítulo estabelece o ponto de partida para o desenvolvimento do estudo, enquadrando o Brasil à luz das principais teorias geopolíticas e efetuando, de forma sucinta, o estudo do seu potencial estratégico.

O segundo capítulo analisa os instrumentos de poder que o Brasil tenderá a utilizar na sua afirmação como ator relevante do SPI, cingindo o nosso estudo aos fatores de poder conjunturais – político, económico e militar.

O terceiro capítulo avalia o empenhamento do Brasil na sua área de ação privilegiada – o Atlântico Sul – e fora dela, considerando a dialética de vontades com outras potências existentes ou emergentes; e ainda, até que ponto a afirmação do Brasil como potência regional pode ser vista como etapa para se afirmar como potência mundial e de que forma poderá assumir as responsabilidades inerentes a esse estatuto.

Por último apresentamos as conclusões a que nos conduziram as respostas às questões derivadas e, deste modo, respondemos à questão central.

Nas sínteses conclusivas de cada capítulo e nas conclusões do trabalho, apresentaremos também a informação resultante do tratamento dos dados recolhidos do questionário.



*“A Geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição.”*

*General Golbery do Couto e Silva*

## 1. O Brasil no Sistema Político Internacional

### a. Enquadramento do Brasil à luz das principais teorias geopolíticas

A ciência que pode ajudar na determinação da capacidade de poder de um Estado é a geopolítica, que foi, durante o século XX, a principal fonte da estratégia de poder das potências dominantes. A geopolítica correlaciona o poder conferido à política de um Estado pelo seu território ou geografia, considerando esta *“como a geratriz básica do poder”* (Almeida, 1990, p. 88).

São muitas as fórmulas existentes que, ao longo dos tempos, tentaram determinar a capacidade de poder de um Estado. Em todas elas, os fatores tangíveis são uma constante. Não obstante a forma como os mesmos vêm mencionados poder diferir de fórmula para fórmula, estes contemplam por norma a dimensão do território (associada à posição geográfica), o tamanho da população, a capacidade económica e a capacidade militar.

Aplicando a fórmula do poder nacional de Ray Cline<sup>7</sup> ao Brasil, se este possuir grande capacidade militar e se a sua população contribuir para a execução da estratégia nacional, o seu poder percebido será grande (Correia, 2002, p. 85). Na classificação de 1980, Cline colocou o Brasil em 4.º lugar, logo atrás dos Estados Unidos da América (EUA), Rússia e China (Castro, 1986, p. 33).

Das várias escolas do pensamento geopolítico propomo-nos abordar, sucintamente, as que consideramos mais relevantes, enquadrando o Brasil nos seus fundamentos.

#### (1) O Brasil à luz das principais escolas do pensamento geopolítico

*Friedrich Ratzel*<sup>8</sup> foi pioneiro em relacionar espaço e poder, preconizando que as coordenadas principais do poder de um Estado são o seu “espaço” e “posição”. Formulou ainda um terceiro conceito, o “sentido de espaço”, ou a vontade de um Estado utilizar aquelas para garantir o seu *“espaço vital”* (Correia, 2002, pp. 129-131). Segundo esta escola, o Brasil possui o “espaço” e a “posição” suficientes para garantir o seu *“espaço vital”*.

<sup>7</sup> Ver Apêndice 1 – Glossário de conceitos.

<sup>8</sup> *Friedrich Ratzel* (1844-1904), autor alemão, considerado o fundador da moderna geografia humana e responsável, também, pelo estabelecimento da geografia política como disciplina.



Para *Rudolf Kjellen*<sup>9</sup>, o Estado age no quadro internacional de forma orgânica e racional, manifestando o seu poder sobretudo nas relações externas (Almeida, 1990, p. 111). No caso em estudo, é através da sua política externa que o Brasil visa obter uma posição de destaque no quadro internacional.

Segundo a teoria das quatro “*pan-regiões*” do general *Haushofer*<sup>10</sup>, o Brasil situa-se na Pan-América, cujo pólo diretor são os EUA (Correia, 2002, pp. 145-147).

Na disputa do poder mundial assistimos a um constante antagonismo entre as conceções geopolíticas de carácter terrestre, inspiradas no inglês *Mackinder*, e as de carácter marítimo, do norte-americano *Mahan*. Na teoria do poder terrestre de *Mackinder*, o Brasil situa-se no “*grande oceano*” constituído pelas potências marítimas, EUA e suas dependências (Idem, pp. 170-173). Na teoria do poder marítimo de *Mahan*, o Brasil desfruta de uma posição privilegiada face às rotas do Atlântico Sul e possui o maior litoral do Atlântico Sul, onde está concentrada mais de 80% da sua população (Castro, 1986, p. 17).

Na teoria dualista de *Spykman*<sup>11</sup>, o Brasil situa-se numa das três grandes ilhas do hemisfério sul – África, Austrália e América do Sul – e dentro do “*novo mundo*” liderado pelos EUA (Correia, 2002, pp. 179-183).

## (2) O Brasil à luz da escola geopolítica brasileira

Da “escola geopolítica brasileira” destacamos os geopolíticos que mais se evidenciaram à escala nacional e internacional (Freitas, 1999, p. 77):

As teses de Golbery do Couto e Silva (Idem, pp. 120-146) apoiam-se numa “*tríade*” cujo conteúdo assenta numa “*doutrina*”, numa “*perspectiva ou cosmovisão*” e em “*directrizes gerais para a acção*”. Escritas na década de 1960, sob a conjuntura da época, permanecem válidas nos dias de hoje. Resumidamente, Golbery propagava que o Brasil era constituído por um grande arquipélago, com ilhas de desenvolvimento, que tinha vulnerabilidades latentes: o cone sul, pela influência argentina; os espaços vazios, onde poderiam surgir novas ideologias provocadas por agentes exógenos; e o Atlântico Sul, área onde havia necessidade de proteger as linhas de comunicação marítimas, mas cuja proteção só poderia ser concretizada com a ajuda da potência norte-americana. A partir destas vulnerabilidades, o Brasil deveria promover a integração territorial de seu vasto território,

<sup>9</sup> *Rudolf Kjellen* (1864-1922), sociólogo e político sueco, considerado o fundador da geopolítica, continuou a geografia de F. Ratzel. Os seus trabalhos inspiraram os geopolíticos nazis, em particular *Haushofer*.

<sup>10</sup> *Karl Haushofer* (1869-1946) foi um geopolítico alemão cujas ideias influenciaram o desenvolvimento das estratégias expansionistas de *Adolf Hitler*.

<sup>11</sup> *Nicholas Spykman* (1893-1943) nasceu na Holanda e radicou-se nos EUA, onde foi um geógrafo e geostrategista de grande influência. Formulou a teoria do *Rimland* e é considerado um precursor da “Estratégia de Contenção” do pós-II Guerra.



aproximar-se dos países do cone sul, promovendo o intercâmbio, e aproximar-se dos países Africanos, banhados pelo Atlântico Sul, ditando uma maior segurança na área oceânica adjacente.

O general Meira Mattos (Idem, pp. 189-196) considera que era através da Pan-Amazônia e da sua colonização e integração no todo brasileiro, que o país poderia promover a sua “*segurança e desenvolvimento*”. Nenhuma estratégia nacional brasileira devia ser indiferente à existência histórica de um “*cerco hispânico*” na América do Sul. Referiu também a importância do Atlântico Sul para o Brasil (entendido como condição *sine qua non* para a sobrevivência do país). Na sua perspectiva, o Brasil possui todas as condições para se tornar uma potência mundial.

Therezinha de Castro (Idem, pp. 202-221) idealiza, no plano das relações internacionais, duas teorias: a das “*diretrizes puntiformes*”, de âmbito continental, assente na exploração sustentável da Amazônia, na importância da Antártida e no controlo das reservas de água doce; e a das “*diretrizes difundentes*” para a consecução dos objetivos nacionais, visando projetar o Brasil, nação do 2º nível, ao estatuto de potência do 1º nível, no continente americano e no mundo.

Da “escola geopolítica brasileira” retiramos o reconhecimento de que o Brasil possui condições para vir a ser uma grande potência a nível mundial e que a vantagem da sua maritimidade deve estar apoiada numa presença estratégica no Atlântico Sul.

## **b. Análise geopolítica e geoestratégica**

O quadro concetual que vamos utilizar para análise dos fatores geopolíticos/geoestratégicos é o que está definido no Manual Escolar ME 71-00-08 (IESM, 2007). A sistematização dos fatores geopolíticos/geoestratégicos é a que consta do Anexo A.

### **(1) Fator físico**

O Brasil posiciona-se na parte oriental da América do Sul, ocupando quase metade (47,3%) do território deste subcontinente, e é banhado a leste pelo Oceano Atlântico. Além de ser o maior país sul-americano, tem fronteira com quase todos os estados da América do Sul, à exceção do Equador e do Chile (Castro, 1986, 15).

No que respeita à dimensão do seu território, o Brasil apresenta-se como a quinta maior extensão de terra do mundo<sup>12</sup> (8 514 877 Km<sup>2</sup>). Com uma fronteira marítima de 7.491 Km, projetada no Atlântico Sul, e uma fronteira terrestre de 16.885 km, o Brasil é o terceiro país do mundo com mais estados fronteiriços (9 estados e o território francês da

<sup>12</sup>Incluídos os arquipélago Fernando de Noronha, Atol das Rocas, Ilha da Trindade, Ilhas Martin Vaz e Penedos de São Pedro e São Paulo.



Guiana Francesa), fazendo jus ao verso “gigante pela própria natureza”<sup>13</sup>.



Fonte: guianet.com.br

Figura 1 - Mapa Político do Brasil

A comparação entre a extensão da fronteira marítima (litoral) e da fronteira terrestre, designada por quociente de maritimidade, mostra uma relação<sup>14</sup> de 1:2, onde a fronteira terrestre é sensivelmente o dobro da marítima. Como o grau de maritimidade é fracionário, poderíamos ser levados a concluir que o Brasil é um país continental. Também a construção de Brasília como nova capital Federal, erguida no planalto central brasileiro a

<sup>13</sup>Excerto do Hino Nacional Brasileiro. Disponível em: <http://www.hinonacionalbrasileiro.net/>.

<sup>14</sup>A relação entre a extensão da fronteira marítima (litoral) e da fronteira terrestre é conhecida como “Fórmula de Supan”, tendo sido concebida pelo geopolítico alemão que lhe empresta o nome. Tem o propósito de avaliar o grau de maritimidade de um Estado (Mattos, 1990, p. 58).



partir da década de 50 do século passado, simboliza a importância da continentalidade para o país. Mas, as grandes áreas despovoadas no interior e a grande concentração de população no litoral levaram Meira Mattos a considerar o Brasil um país do tipo misto, continental e marítimo, com predominância pela vocação marítima (Mattos, 1990, p. 60).

A Zona Económica Exclusiva (ZEE) do Brasil é a nona maior do mundo, com cerca de 3,5 milhões de Km<sup>2</sup>, e que poderá ascender a 4,5 milhões de Km<sup>2</sup> com a extensão da plataforma continental. Esta imensa área marítima corresponde a cerca de metade do território continental do país e é designada por “Amazónia Azul”<sup>15</sup> (ver Anexo B). A ZEE assume um carácter de máxima importância para o Brasil devido a dois aspetos essencialmente geopolíticos: o petróleo e o tráfego marítimo (TM).

A região geográfica predominante é o Planalto Brasileiro, logo seguido pelas planícies Amazónica e do Pantanal. De destacar a Floresta Amazónica, a maior floresta húmida do mundo, com uma área superior a 6 milhões de Km<sup>2</sup>.

O Brasil tem uma das mais extensas redes hidrográficas do mundo, com oito bacias hidrográficas. Possui também a maior bacia fluvial do mundo, a Amazónica (7 050 000 Km<sup>2</sup>), que perfaz 47% do território, e o segundo maior rio em extensão, o Amazonas (6280 Km). O seu aquífero Guarani é a maior reserva subterrânea de água doce do mundo. (IBGE, 2012).

Da análise ao fator físico retiramos as seguintes **potencialidades**<sup>16</sup>: posição geográfica; dimensão continental; extensão da ZEE; domínio do Atlântico Sul; controlo de áreas estratégicas; maior bacia fluvial; maior reserva de água doce. Consideramos como **vulnerabilidades**: dificuldade no controlo do espaço de soberania; extensão das fronteiras terrestres; integração física do país. As **oportunidades** são: o grande número de países vizinhos facilita a constituição de blocos económicos; aproveitamento sustentado da Amazónia; reforço da defesa e projeção no Atlântico Sul.

## **(2) Fator humano**

Com cerca de 197 milhões de habitantes em 2011, o Brasil é o quinto país mais populoso do mundo, logo a seguir à China, Índia, EUA e Indonésia. A baixa densidade populacional do país, de 22,43 hab/Km<sup>2</sup>, contrasta com a população urbana que era de 87% em 2010. Os seus maiores centros populacionais estão no litoral, com S. Paulo, a 4.<sup>a</sup> cidade

<sup>15</sup>A expressão foi utilizada pela primeira vez pelo Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, num artigo publicado na Folha de São Paulo, em 26 de Fevereiro de 2004.

<sup>16</sup>A utilização da terminologia “potencialidades”, “vulnerabilidades” e “oportunidades” está comumente ligada à análise SWOT, não devendo contudo ser interpretado dessa forma no atual contexto; assim se justifica a não utilização do termo “ameaça” nesta fase da análise.

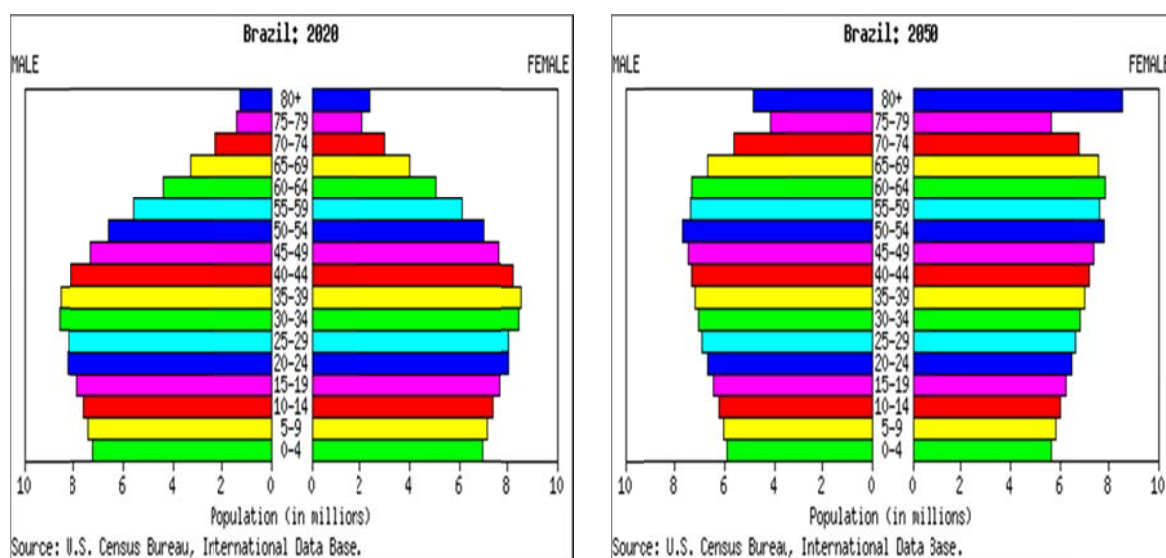




mais populosa do mundo, a concentrar cerca de 20 milhões de habitantes e o Rio de Janeiro com quase 12 milhões, ambas com densidades populacionais superiores a 300 hab/Km<sup>2</sup>. (IBGE, 2012).

Em 2011 o seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* foi de 11 600 dólares americanos (USD), colocando o país na 100.<sup>a</sup> posição do *ranking*. Contudo, ao compararmos este valor com os seus vizinhos da América do Sul, o México e os restantes BRIC<sup>17</sup> constatamos que aqueles que o superam neste item<sup>18</sup>, nenhum o ultrapassa em população. A taxa de desemprego é de 6,1%. (CIA, 2012).

O lançamento de programas sociais e a explosão de crescimento permitiu a redução da pobreza, após a crise de 2002. Assistiu-se sobretudo a um desenvolvimento da classe média: cerca de 40 milhões de brasileiros passaram das faixas “D” e “E” para a “C”, passando a classe média a representar quase 50% da população (Neri, 2011). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) melhorou de 0,715 em 2010, para 0,718 em 2011, passando o Brasil da 85.<sup>a</sup> para a 84.<sup>a</sup> posição no *ranking* mundial (CIA, 2012). Mas o Brasil ainda tem 17% (2011) da população abaixo da linha de pobreza, e o índice Gini<sup>19</sup>, apesar de ter descido para 51.9 (2012) continua a ser dos mais elevados (17.<sup>o</sup> do *ranking*) (Idem).



Fonte: US Census Bureau, International Data Base.

Figura 2 - População do Brasil em 2020 e 2050

A população em idade ativa (entre os 15-64 anos) corresponde atualmente a 67% da população; a média de idades é de 29,3 anos e a esperança de vida ao nascer é de 72,8

<sup>17</sup>Brasil, Rússia, Índia e China.

<sup>18</sup>Os países que superam o Brasil no PIB *per capita* são a Argentina, Chile, México, Uruguai e Venezuela.

<sup>19</sup>O índice Gini mede o grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos num país. Quanto maior é a desigualdade na distribuição de rendimentos maior é o índice.



anos; a taxa de fecundidade é de 2,16 crianças por mulher e a mortalidade infantil tem vindo a diminuir, mas ainda é elevada: 20 por mil nascimentos (CIA, 2012). Em face destes dados e da população em idade ativa estimada para 2020, perspetiva-se uma elevada produtividade nas próximas décadas, o que irá beneficiar a economia do país.

A população brasileira resulta de uma grande miscigenação entre os vários povos e é constituída por três grupos étnicos principais: o branco com 53,7%, o mestiço (mulato) com 38,5% e o negro com 6,2%. Para além destes existem outros com pouco significado (japoneses, árabe e ameríndio), a que corresponde 0,9%. O Brasil é o maior país lusófono, sendo a língua portuguesa um fator de coesão nacional. (Idem).

A cultura brasileira, como acontece com a população, é o resultado de uma combinação de elementos das culturas europeia, africana e indígena. A música, a dança (o samba, a bossa nova), a capoeira (misto de luta-jogo-dança), a escrita de Jorge Amado, as telenovelas e o futebol são as suas maiores expressões. Através delas o povo brasileiro revela a sua união nacional.

O Brasil é um país de grande diversidade religiosa, sendo a religião predominante a Católica Romana (nominal) 73,6%, seguida da Evangélica 15,4%, da Espiritualista 1,3%, outras religiões Afro-brasileiras 1,8%, sendo que 7,4% não professam religião alguma. (IBGE, 2012).

Nas últimas duas décadas houve um enorme investimento na área da educação. Em 2007 as despesas com a educação corresponderam a 5,08% do PIB. Mas continuam a existir problemas substanciais com a distribuição dos recursos nos vários níveis de ensino, com o ensino superior a ser beneficiado. A taxa de analfabetismo que está agora nos 11,4%, ainda é considerada muito elevada (CIA, 2012).

Da análise ao fator humano retiramos as seguintes **potencialidades**: quinto país mais populoso; população jovem; aumento da esperança de vida; nova classe média; língua, religião e cultura como fatores de coesão. Nas **vulnerabilidades**: assimetrias sociais; pobreza; elevado índice Gini; baixa densidade populacional; população fixada no litoral; educação; analfabetismo. Quanto a **oportunidades**: população atinge massa crítica para projetar poder (200 milhões); crescimento sustentado pelo governo; população garante elevada produtividade nas próximas décadas.

### **(3) Fator recursos naturais**

Estima-se que o Brasil detém um dos maiores patrimónios minerais do mundo sendo um importante *player* mundial no setor mineral. Além de possuir cerca de 8% das





reservas mundiais de minério de ferro e uma das maiores reservas de nióbio<sup>20</sup>, é o 1º exportador mundial de minério de ferro e de nióbio. Dispõe também de grandes jazidas de minerais metálicos como bauxite, manganês e tântalo (2º exportador mundial), grafite (3º) e exporta ainda, estanho, níquel, magnésio e ouro, entre outros. É autossuficiente em titânio, tungstênio, cobre, calcário e diamante industrial. (IBRAM, 2012).

O país possui, também, a sexta maior reserva geológica de urânio no mundo, o que permite satisfazer as necessidades internas a longo prazo e disponibilizar o excedente para o mercado externo. As suas necessidades internas são ainda reduzidas, pois existem apenas duas centrais nucleares em funcionamento (idem).

O Brasil é detentor da segunda maior reserva de petróleo do subcontinente (12,86 mil milhões de barris (bbl)<sup>21</sup>), logo atrás da Venezuela. A maior parte da produção vem da plataforma continental e de águas profundas, destinando-se ao consumo interno. Estima-se que no final de 2011 era o 13º no *ranking* da produção (2,30 milhões bbl/dia). Em 2007, o consórcio da Petrobras (65%), *BG Group* (25%) e Petrogal Brasil/Galp Energia (10%) descobriu uma enorme reserva de petróleo e gás natural na Bacia de Santos, e posteriormente outras descobertas foram anunciadas na Bacia de Campos e Espírito Santo, todas a grande profundidade. Com mais de 50 mil milhões bbl, esta é uma das maiores descobertas dos últimos 20 anos, e posicionará o Brasil entre os dez maiores produtores do mundo (EIA, 2012).

No relatório de 2010 da *US Energy Information Administration* (EIA), o Brasil aparece em destaque como produtor de petróleo. Ao lado do Cazaquistão e da Rússia, o país aparece a liderar o crescimento da produção no grupo que não integra a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), com a expectativa de produção de cerca de 6 milhões bbl/dia em 2035 – um incremento diário de 4 milhões bbl de petróleo sobre a produção atual (Idem).

O Brasil encontrou nos biocombustíveis uma alternativa viável ao petróleo, sendo o segundo maior produtor de etanol do mundo, depois dos EUA (idem).

É também um dos maiores produtores de energia hidroelétrica a nível mundial. A produção da central hidroelétrica de Itaipu (binacional), construída pelo Brasil e pelo Paraguai, é responsável pela satisfação de 95% da energia elétrica consumida no Paraguai e de 24% de toda a procura do mercado brasileiro (idem).

Em termos de utilização de fontes de energia renováveis, o país teve uma evolução

<sup>20</sup> O nióbio é um minério utilizado nas indústrias metalúrgica (turbo-hélices), química e eletrónica.

<sup>21</sup> Abreviatura de barris in *The American Heritage Dictionary of the English Language*.



muito positiva. Da oferta interna de energia, 43,9% é renovável, enquanto a média mundial é de 14% e nos países desenvolvidos de apenas 6%. (MME, 2012).

O Brasil é um dos maiores produtores do setor agrícola sendo o primeiro produtor mundial de café, cana do açúcar, laranja, sumos e polpa de fruta e cacau, entre outros, e o segundo produtor e maior exportador mundial de soja (FAOSTAT, 2012). Para estes resultados contribuíram não só a Política Agrícola e o Fundo de Investimento do Agronegócio, como o emprego de novas técnicas e a recuperação de áreas degradadas. O facto do objetivo do Agronegócio ser a criação de riqueza pelas exportações e não a produção para alimentar a população, levou a que a produção alimentar em determinados estados (Norte e Nordeste) fosse insuficiente (2009) para satisfazer as necessidades nutricionais da população (idem). Não sendo ainda autossuficiente, o Brasil tem necessidade de importar cereais, nomeadamente trigo, milho e cevada (idem).

No setor agropecuário, o país lidera o *ranking* de maior exportador de carne bovina, desde 2008, sendo o 3º produtor mundial e maior exportador de carne de aves (frango). A carne do Brasil chega atualmente a 142 países. Os importadores tradicionais são os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da União Europeia (UE), os EUA, e os novos mercados da Ásia e do Médio Oriente. (MAPA, 2012).

Da análise ao fator recursos naturais verificamos as seguintes **potencialidades**: um dos maiores produtores agrícolas (soja, café e açúcar); líder no sector agropecuário; rico em recursos minerais (ferro, nióbio e urânio); autossuficiente em energia (petróleo, biocombustíveis, hidroelétrica e renováveis); biodiversidade. Nas **vulnerabilidades**: o Agronegócio provocou insuficiência alimentar. Quanto às **oportunidades**: desenvolvimento tecnológico (nuclear, industrial); relações comerciais impulsionadoras da política externa; reserva petrolífera coloca o país a liderar grupo que não integra a OPEP.

#### **(4) Fator circulação**

O sistema rodoviário (58%) é o principal sistema de comunicações de transporte do Brasil. Mas a quarta maior rede do mundo (1 751 868 km) está muito deteriorada por falta de manutenção e pela natureza. Veja-se a “Transamazónica”, um grande projeto de integração nacional inacabado, que foi engolida pela floresta. (ANTT, 2008).

A rede ferroviária brasileira é, por seu lado, a segunda maior sul-americana e está subaproveitada. Segundo Bernardo Figueiredo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), dos cerca de 28 mil Km de rede ferroviária só 10 mil são realmente utilizados (ANTT, 2012).



Fonte: [mapabrasil\\_rodovias.gif](http://mapabrasil_rodovias.gif), [portalbrasil.net](http://portalbrasil.net)

Figura 3 - Mapa do sistema rodoviário do Brasil

A rede hidrográfica brasileira é a terceira mais extensa do mundo, com cerca de 50 mil km. Se o sistema hidroviário interior fosse melhorado, seria uma alternativa viável aos transportes rodoviários, em certas zonas do país, com vantagens económicas e ambientais. (ANTAQ, 2012).

O sistema de transporte aéreo está bem desenvolvido, representando um importante papel no desenvolvimento económico. Existem cerca de 30 companhias aéreas brasileiras sendo a mais importante a GOL. Em 2010, o número de passageiros embarcados, com origem no Brasil, cresceu 22% (ANAC, 2012).

O transporte por *pipeline* é utilizado para os recursos energéticos, mas ainda é pouco significativo (2010), sendo destinados ao gás 13.514 Km; ao petróleo 3.729 Km; e aos produtos refinados 4.684 Km (CIA, 2012).

O Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) perspectiva a longo prazo (até 2023) o desenvolvimento dos sistemas e a sua integração continental. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê ações no setor dos transportes, nomeadamente nas rodovias, ferrovias, aeroportos, portos e hidrovias. As obras já começaram em todos os sistemas. O PAC 2 (segunda fase do PAC) prevê a construção de quase 8 mil Km de rodovias e obras de manutenção em outros 55 mil Km. No setor das ferrovias quase 3,5 mil



Km de obras estão em andamento. (MT, 2012).

Da análise ao fator circulação verificamos as seguintes **potencialidades**: extensão da rede hidroviária; desenvolvimento do transporte aéreo. Nas **vulnerabilidades**: sistema rodoviário deteriorado; sistema ferroviário deteriorado e subaproveitado. Quanto às **oportunidades**: aproveitamento da rede hidroviária; investimento em infraestruturas pelo PNLT e através do PAC 2.

### (5) Fator tecnológico

O Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) 2005-2014, desenvolvido pela Agência Espacial Brasileira (AEB), envolve quer as universidades e instituições de investigação e desenvolvimento, quer as empresas. (AEB, 2012).

Os setores de maior relevo são os da energia nuclear, da física e das indústrias espacial, aeronáutica, militar e automóvel. A biotecnologia e a criação de fármacos (fitomedicamentos<sup>22</sup>) estão em crescimento. As áreas estratégicas para manter a inovação e ampliar a economia do país são o *software*, os fármacos e os semicondutores. O investimento em investigação e desenvolvimento foi de 1,0% do PIB (2000-2005). (IBGE, 2012).

A maior indústria aeroespacial latino-americana teve início em 1960, com pesquisas no campo dos sensores remotos, meteorologia, geodesia e engenharia espacial (AEB, 2012). Os Satélites de Coleta de Dados (SCD 1 e 2) de conceção brasileira e a parceria com a China na construção de satélites de sensores remotos<sup>23</sup>, para vigiar a Amazónia, foram alguns dos seus êxitos (INPE, 2012). Apesar do programa do Veículo Lançador de Satélites e a sua participação na Estação Espacial Internacional não terem corrido da melhor forma, mesmo assim conseguiu colocar no espaço o seu primeiro astronauta. O Sistema de Proteção e de Vigilância da Amazónia (SIPAM/SIVAM), que integra satélites, sensores e radares tem sido deveras importante na proteção e defesa do território (AEB, 2012).

No setor industrial, evidencia-se a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), como uma das mais importantes no mundo. Com aeronaves comerciais, executivas e militares vendidas a nível global, ela representa a evolução brasileira em tecnologia de ponta.

A Indústria de Defesa Brasileira (IDB) foi reconhecida mundialmente na década de 80, pelas suas aeronaves, armas ligeiras e Viaturas Blindadas de Rodas (VBR). Após 20

<sup>22</sup> Medicamentos à base de ervas e plantas medicinais.

<sup>23</sup> *China-Brazil Earth Resources Satellite* (CBERS).



anos sem grande investimento, surgiu, em 2008, um plano de recuperação e modernização para reequipar as Forças Armadas (FFAA) e propiciar o renascimento da IDB (Dellagnezze, 2008, p. 55).

O Brasil investiu muito nos últimos anos no desenvolvimento das comunicações digitais e nas Tecnologias de Informação (TI). O investimento cresceu 15,4% em relação a 2006, representando 2,2% do PIB nacional. Quanto à *internet*, um total de 75,98 milhões (2009) de utilizadores e 23,79 milhões (2011) de servidores de *internet* colocam o país no quarto lugar mundial em 2012 (CIA, 2012).

Do fator científico-tecnológico retiramos as seguintes **potencialidades**: domínio das tecnologias espacial, aeronáutica, automóvel e nuclear; crescimento das TI e da biotecnologia; capacidade industrial. Nas **vulnerabilidades**: escasso investimento na IDB; Nas **oportunidades**: investir na IDB; *software*; fármacos e semicondutores.

#### (6) Fator estruturas

O Brasil é uma República Federativa (RFB) Presidencialista, constituída por 26 Estados e um Distrito Federal (5564 Municípios em 2006). A administração do país recai no Governo Federal, sediado em Brasília, e cada Estado tem um governo e constituição próprias. A Presidente da República acumula as funções de Chefe do Governo e Comandante Supremo das Forças Armadas. O poder Legislativo é representado pelo Congresso Nacional, em sistema bicameral, constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. (CIA, 2012).

O Brasil é um regime democrático, governado atualmente pelo Partido dos Trabalhadores. A desconfiança geral da população nos políticos é motivada pelos frequentes casos de corrupção.

Nos últimos anos os Presidentes Lula e Dilma Rousseff procuraram contrariar as assimetrias sociais e aumentar o IDH do país. O desenvolvimento sustentável, o combate à fome e a inclusão social, são os objetivos do PAC e dos “Fome Zero”<sup>24</sup> e “Bolsa Família”<sup>25</sup>. No período de 2012-2015, o PAC irá investir em infraestruturas logísticas, energéticas, sociais e urbanas e no estímulo ao crédito (PAC, 2012).

Um dos Objetivos do Milénio que o Brasil pretende alcançar, e que é simultaneamente uma das Diretrizes do Governo da Presidente Dilma, diz respeito à erradicação da pobreza absoluta e da fome e à redução das desigualdades (Governo, 2011).

<sup>24</sup> O “Fome Zero” é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos.

<sup>25</sup> Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.



Dos sucessos já obtidos, destaca-se o advento de uma nova classe média. Entre 2003 e 2011 juntaram-se à classe média cerca de 40 milhões de pessoas<sup>26</sup> (o equivalente à população da Argentina). “*E para minha surpresa, e talvez para sua, o lado do produtor andou 38% mais rápido que o do consumidor. A nova classe média constrói seu futuro em bases sólidas que sustentem o novo padrão adquirido.*” (Neri, 2011).

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania apresentou novas formas de combater a violência e o crime organizado existente no país. Esta situação, que afeta a projeção internacional do Brasil, só será resolvida com o compromisso de todos e com a melhoria das condições de vida nas cidades (Gratius, 2007, pp. 2-5).

O Brasil é a sexta economia mundial e a maior economia sul-americana (CIA, 2012). O seu PIB cresceu 7,5% em 2010 (ver Apêndice 2) e a sua estabilidade macroeconómica deveu-se sobretudo ao “agronegócio” e ao IDE. Motivado pela crise financeira e económica de 2010, estima-se um decréscimo do PIB para 2,8%, em 2011 (CIA, 2012). Entretanto o seu complexo sistema tributário, a pesada carga fiscal e a evasão fiscal generalizada, reclamam por uma racionalização urgente

Caso o Brasil mantenha o ritmo de crescimento económico, será uma das maiores economias mundiais, em 2020, ultrapassando as grandes potências europeias (CIA, 2004, p. 9). Foi através de projeções de crescimento económico, demográfico e industrial, que surgiram os conceito de potências emergentes e siglas como os BRIC ou os *next-eleven*<sup>27</sup>. Nestas previsões, o Brasil surge sempre como uma grande potência a médio prazo (2020 - 2030) e como uma das maiores economias mundiais em 2050 (Wilson, 2003, p. 2).

As FFAA brasileiras são as maiores e mais bem equipadas da América do Sul (único país sul-americano com um porta-aviões). O seu efetivo em 2012 é de 320 000 militares no ativo, sendo 13º no *ranking* mundial. As FFAA são constituídas pela Marinha do Brasil (MB), o Exército Brasileiro (EB) e a Força Aérea Brasileira (FAB) e têm uma longa tradição no controlo político dos destinos do país. (MPR, 2012).

O serviço militar é obrigatório e tem a duração de nove a doze meses. Atualmente é o 5º país com mais jovens em idade para o serviço militar (CIA, 2012).

Em 2008 o Brasil aprovou a Estratégia Nacional de Defesa (END), um documento que estabelece uma nova orientação para a defesa e desenvolvimento da Nação, definindo objetivos e métodos para a construção de uma nova estrutura de Defesa e, em particular,

<sup>26</sup> Marcelo Neri, no seu livro “*A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide*”, mostra que os grupos que conquistaram os maiores aumentos no rendimento, a partir de 2003, foram precisamente aqueles que antes eram mais marginalizados: as mulheres, os negros, os analfabetos e os nordestinos.

<sup>27</sup> Bangladesh, Egito, Indonésia, Irão, Coreia, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Turquia e Vietname.





das FFAA. A END apresenta um projeto de médio e longo prazo (até 2030), para a reestruturação da IDB e o reequipamento das FFAA.

Tabela 1 - Dados das Forças Armadas do Brasil

Variáveis	Descrição
Ramos militares	Exército Brasileiro (EB), Marinha do Brasil (MB), que inclui meios aéreos navais e o Corpo de Fuzileiros Navais, Força Aérea Brasileira (FAB).
Idade de serviço militar e obrigação	Dos 21-45 anos de idade serviço militar obrigatório; 9 a 12 meses de serviço militar para conscritos.  Dos 17-45 anos de idade serviço voluntário; uma percentagem crescente dos militares nas fileiras são profissionais voluntários.  As mulheres foram autorizadas a servir nas Forças Armadas no início dos anos 80, quando o Exército Brasileiro se tornou o primeiro Exército da América do Sul a aceitar mulheres nas suas fileiras.  Atualmente as mulheres também podem servir na Marinha e na Força Aérea.
Manpower disponível para o serviço militar	Homens idade 16-49: 53.350.703 Mulheres idade 16-49: 53.433.918 (2010 est.)
Manpower com idade militar anualmente	Homens: 1.733.168 Mulheres: 1.672.477 (2010 est.)
Despesas militares	1,7% do PIB (2009)
Forças Armadas - Efetivo	Total: 320.000 assim distribuídos: EB: 190.000 MB: 58.000 FAB: 72.000
Forças Armadas – Equipamento principal	Carros de combate: 460 Viaturas blindadas: 1200 Porta-aviões: 1 Submarinos: 5 Fragatas: 9 Helicópteros: 224 Aviões de combate: 255
Presença no estrangeiro	Haiti, Líbano

Fonte: Elaboração do autor (CIA - The World Factbook; Military Power Review 2012)

Deste projeto destacam-se a reativação do programa nuclear, o aumento da capacidade dissuasora, da mobilidade e da presença na Amazônia (RFB, 2008).



Da análise ao fator estruturas retiramos as seguintes **potencialidades**: estrutura do governo organizada e democrática; programas de desenvolvimento, de inclusão social e de controlo da violência; sexta economia mundial e maior sul-americana; empresas globais; potencial militar de dimensão regional. As **vulnerabilidades** são: casos de corrupção política; violência e crime organizado; evasão fiscal generalizada; elevada carga fiscal. As **oportunidades**: fortalecimento do MERCOSUL; em 2020 poderá ser grande potência económica e política; investimento nas FFAA potencia liderança regional.

### c. Síntese conclusiva

Da “escola geopolítica brasileira” retiramos o reconhecimento de que o Brasil possui condições para vir a ser uma grande potência a nível mundial e que a vantagem da sua maritimidade deve estar apoiada numa presença estratégica no Atlântico Sul.

Pela análise que efetuámos aos seus fatores de poder (Apêndice 3), constatámos que o Brasil já é a potência regional sul-americana. Em termos globais, como potência emergente, as previsões apontam-no como uma das importantes economias em 2020-2025, o que associado ao pico de população em idade ativa, nesse período, possibilita antever a sua ascendência a potência mundial a médio prazo (2020 a 2030).

Associando o facto de ser a sexta economia mundial ao multilateralismo e pragmatismo da sua política externa, verificamos que o Brasil tem capacidade para impor os seus interesses, quer a nível regional, quer mundial. As assimetrias sociais, o crime organizado e a corrupção são vulnerabilidades estruturais que o governo tenta eliminar.

A informação recolhida nas respostas às questões nº 1, 3 e 4 do questionário (Apêndice 4) vêm confirmar as teses da “escola geopolítica brasileira” e as conclusões da análise dos fatores geopolíticos/geoestratégicos, isto é, o Brasil é a potência regional Sul-Americana e será uma potência mundial a médio prazo (2020 a 2030). As suas principais **potencialidades** são o crescimento económico e os recursos naturais e **vulnerabilidades**, as assimetrias sociais e a corrupção.

O resultado da análise efetuada neste capítulo permite-nos validar a Hip1 “*O potencial estratégico do Brasil, percebido das capacidades que os fatores geopolíticos e geoestratégicos lhe conferem, posiciona-o como uma potência regional na América do Sul e como potência mundial a médio prazo*”.

Esta responde à QD1 “*Tendo em consideração as capacidades que os fatores geopolíticos e geoestratégicos lhe conferem, qual o potencial estratégico do Brasil para se afirmar a nível global?*”.





*“Os objetivos da política externa têm de ser definidos em termos dos interesses nacionais e precisam ser apoiados por um poder adequado.”*

*Hans J. Morgenthau*

## **2. A postura estratégica do Brasil no início do século XXI**

Após a análise dos fatores geopolíticos/geoestratégicos que contribuíram para a definição do potencial estratégico do Brasil, vamos agora avaliar os seus instrumentos de poder conjunturais (político, económico e militar) e verificar se existe capacidade e vontade de os utilizar no processo de afirmação regional e mundial.

### **a. O fator político – potência regional, ator global**

Por tradição tem sido um brasileiro o primeiro orador na abertura da Sessão Anual da Assembleia Geral das Nações Unidas, o que já acontece desde a primeira Sessão Especial da Assembleia Geral, em 1947. O diplomata brasileiro Oswaldo Aranha foi o primeiro orador nessa Sessão, e que deu início a essa tradição que perdura até aos dias atuais. (MRE, 2012).

Os princípios fundamentais que marcaram a história da diplomacia brasileira no século XX foram a solução pacífica dos conflitos, a igualdade soberana dos Estados, a autodeterminação dos povos e a não-intervenção. Podemos definir esta postura de política externa como liberal, idealista e multilateral. Contudo, isso não significa que adote o princípio da indiferença, porque sempre que necessário o Brasil, tanto pode participar de Forças Expedicionárias (o que aconteceu na Segunda Guerra Mundial quando lutou, lado-a-lado com os aliados, contra o nazifacismo), como pode integrar contingentes de capacetes azuis, em missões de paz, sob a égide das Nações Unidas (como em Timor Leste e no Haiti).

Segundo o Embaixador Celso Lafer, o Brasil não apresenta problemas de fronteiras com seus vizinhos, fruto de uma delimitação do espaço nacional, obtida com a constante navegação e vigilância dos portugueses, por toda a costa brasileira, mantendo unido o “país-arquipélago” e com o espírito desbravador dos bandeirantes, que entraram pelos sertões, obedecendo a princípios diplomáticos, do *uti possidetis*<sup>28</sup>, das fronteiras naturais, e da possibilidade de troca ou concessão de territórios, mediante negociação. (Seminário, 2004, p. 28)

<sup>28</sup>É um princípio de direito internacional segundo o qual os que de facto ocupam um território possuem direito sobre este. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa “como possuíis, assim possuiais”.



Na década de 1990, e de acordo com as ideias liberalizantes e globalizantes vigentes na época, a política externa brasileira submeteu-se às medidas de apoio às privatizações e à economia de mercado.

Ao analisarmos a política externa durante o período que se iniciou com o primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, constatamos que as linhas gerais da diplomacia do governo de Fernando Henrique Cardoso continuaram a ser seguidas. O que mudou, efetivamente, foram algumas características como a velocidade e a diversidade da ação, para além do aumento de participação do Presidente e de assessores diretamente em ações de política externa, ultrapassando o Itamaraty.

Para deixar claras as linhas gerais desta política utilizaremos os discursos que constam do livro “*A política externa do Brasil*”, editado em 2003, e que contém os discursos da Sessão de Posse de várias entidades, nomeadamente: do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim; do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; e, também, o discurso de Lula da Silva no *National Press Club*, em Washington DC, em 10 dezembro de 2002, pouco tempo antes de tomar posse<sup>29</sup> (Silva, 2003). Sintetizando, as linhas gerais de política externa que seriam implementadas, de acordo com aqueles discursos, eram as seguintes:

- Promover a integração da América do Sul (prioridade);
- Preservar e fortalecer o MERCOSUL;
- Melhorar as relações com os EUA e UE;
- Cativar novos parceiros comerciais;
- Promover alianças com países emergentes;
- Valorizar a cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Promover os direitos humanos e defender o meio ambiente;
- Fortalecer as Nações Unidas e os Organismos Internacionais;
- Aumentar a inserção brasileira nos *fora* de decisão mundiais;
- Propor a reforma do CSNU;
- Criação de mecanismos que regulem o fluxo financeiro;
- Combater o terrorismo utilizando os mecanismos multilaterais, como o CSNU;
- Cooperar com os vizinhos, mas também com a comunidade internacional, na solução dos crimes transnacionais;

---

<sup>29</sup> Sessão de Posse no Congresso Nacional, em Brasília, em 01 de Janeiro de 2003.



- Buscar o equilíbrio nas relações comerciais para favorecer o desenvolvimento;
- E combater o protecionismo comercial nos *fora* adequados.

A partir destas linhas gerais de política externa, e pensando nas questões fundamentais, vemos algumas das ações mais visíveis realizadas pelo governo do Presidente Lula da Silva e que continuam a ser seguidas pela presidente Dilma Rousseff.

No início de 2010, a revista americana *Time* não hesitou em nomear Luís Inácio Lula da Silva, ex-Presidente do Brasil, o líder mais influente do planeta, à frente de Barack Obama.

A política externa brasileira é o principal veículo de afirmação do Brasil no mundo. Pelo seu multilateralismo e pelos princípios da não-intervenção, da autodeterminação dos povos e da cooperação internacional, ela procura inseri-lo no contexto regional e mundial. Nas relações bilaterais com os vizinhos e na liderança do processo de integração regional do MERCOSUL, o Brasil pretende alcançar o estatuto de potência regional.

Com a iniciativa de criar o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e ao se opor à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ele assumiu a sua hegemonia na região. Ao mesmo tempo, a parceria estratégica com a UE e a ligação Sul-Sul através do IBAS<sup>30</sup> e das relações com África e China, contribuem para a sua afirmação como poder global (Varas, 2008, pp. 2-7).

A sua intervenção na Organização Mundial do Comércio (OMC), nas reuniões do Grupo dos Vinte (G20)<sup>31</sup> e a procura de um lugar permanente no CSNU, denotam o seu interesse em se afirmar como grande potência (Cervo, 2008, p. 114). É neste contexto que nasce o G4<sup>32</sup>, reunindo os países que se perfilavam como tendo maiores potencialidades para virem a integrar o novo CSNU reformulado (com a exceção de África). Em Maio de 2005, o G4 subscreve uma proposta conjunta para a reestruturação do CSNU contemplando, entre outras medidas, o não exercício do Direito de Veto, durante os quinze primeiros anos. Infelizmente para o Brasil, esta proposta não teve recetividade junto dos EUA e da China, os únicos dois grandes cujo apoio o Brasil ainda procura<sup>33</sup>.

#### **b. O fator económico – o surpreendente dinamismo económico**

O processo de evolução da economia brasileira está associado aos diferentes

<sup>30</sup> *Forum* de diálogo Índia – Brasil – África do Sul, também conhecido como G3.

<sup>31</sup> *Forum* informal que reúne as vinte maiores economias mundiais para discutir assuntos da economia global.

<sup>32</sup> Brasil, Índia, Alemanha e Japão. A adesão do Brasil a esta plataforma, que à época se revelou importante, parece estar a gerar algumas dúvidas hoje, por problemas colaterais, sobretudo relacionados com o facto da China se recusar a ver o Japão no CSNU e os EUA a entrada da Alemanha para este órgão.

<sup>33</sup> O Brasil conta com o apoio da Rússia, desde 2002, da França, desde 2003, e do Reino Unido, desde 2004.



períodos da história do país. No período da Grande Depressão até à primeira crise petrolífera (1930-1973) surgiram três novos conceitos na economia brasileira: o “desenvolvimentismo”, o “agronegócio” e o “milagre económico”. De 1973 à atualidade, a recessão, o Plano Real e a presente crise mundial marcaram o seu percurso (Schneeberger, 2003, pp. 68-118).

A partir de 1930, com o início do “desenvolvimentismo” na era de Getúlio Vargas e com o programa “cinquenta anos em cinco” de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a política de substituição de importações acelerou a industrialização.

Nos anos 50, a garantia de vantagens e benefícios fiscais ao investimento estrangeiro, trouxe grandes capitais para o Brasil. O incremento da participação económica do Estado nos setores da mineração, da siderurgia e da energia elétrica, motivaram a criação do atual Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES).

Na década de 70, surgiu o conceito de “agronegócio”, apoiado na monocultura extensiva e mecanizada da soja (Araújo, 2007). Foi durante a ditadura militar (1969-1973) que ocorreu o período de grande crescimento económico, conhecido como o “milagre económico”. O PIB cresceu a um ritmo médio de 10% ao ano – dos dez maiores do mundo – e a inflação variou entre 15% e 20%. O Estado industrializou o país, investindo nas indústrias pesada, siderurgia, hidroelétrica e de construção naval, gerando riqueza e emprego. No entanto, essa riqueza foi distribuída de acordo com políticas diferenciadas, o que motivou desigualdades sociais acentuadas entre as classes. (Schneeberger, 2003, pp. 85-97).

A crise mundial do petróleo em 1973-74 colocou o Brasil num longo período de recessão e instabilidade monetária. A necessidade de importar este combustível, essencial à indústria e aos transportes, agravou ainda mais a sua situação económica. Mesmo com dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (em 1972 e 1975), a inflação não parou de aumentar, chegando aos 200% em 1983. O Governo Federal tentou influenciar a economia com a mudança do Cruzeiro para o Cruzado (1986). Com o Plano Real, a “hiperinflação”, que atingiu os 6000% em 1990, foi reduzida pelo investimento nas instituições nacionais e pelo fim dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações. Ao apoio de 41 500 milhões USD do FMI, em 1998, seguiu-se a mudança do Cruzado para o Real, deixando de estar indexado ao dólar, o que acelerou a recuperação económica (idem, 85-157).

Em 2003, o governo de Lula da Silva introduziu políticas externas e sociais mais ativas, para dinamizar a economia, atrair o investimento estrangeiro e combater a desigualdade entre classes e a dívida pública. Entretanto, a dívida externa com o FMI foi



paga, e o país ganhou autonomia nos organismos internacionais.

No plano interno, a ancoragem monetária e fiscal permanecerá entre as realizações importantes dos anos Lula que, deste ponto de vista, terão consolidado os anos Cardoso, outro grande arquiteto da (re)emergência brasileira (Santiso, 2011, p. 275). Com o lançamento de programas sociais e a explosão de crescimento, após a crise de 2002, o Brasil surge como um exemplo de pragmatismo e de sucesso económico, levando a efeito uma política económica sobretudo eficaz, subtraindo o purismo dos grandes paradigmas económicos, quer sejam de inspiração estruturalista ou neoliberal, em voga nas décadas precedentes (Santiso, 2006).

Consequência deste crescimento e destes programas focalizados, o Brasil viu igualmente a pobreza reduzir-se. O Nordeste, tradicionalmente pobre, conhece um aumento generalizado do nível de vida. Os jovens e as mulheres engrossam as fileiras da classe média e contribuem para aumentar as vendas de produtos de grande consumo, como os telefones portáteis, os produtos cosméticos e os produtos financeiros. Numa lista elaborada pela Goldman Sachs, em 2010, as empresas associadas a estes produtos são as mais favorecidas por este desenvolvimento da classe média (Santiso, 2011, p. 275).

O Brasil impõe-se já como uma das principais potências agrícolas e as recentes descobertas de petróleo ao largo das suas costas, fazem-no um dos futuros grandes no domínio petrolífero. O petróleo e o gás em particular, que representaram menos de 10% do PIB em 2010, deverão atingir cerca de 25% do PIB até 2020. (idem, pp. 274-275)

Nas diferentes classificações regionais e internacionais, o Brasil aparece como um dos países mais atrativos para os investidores estrangeiros. Assim, no *índice de confiança do IDE de 2012*, o Brasil figura em terceiro lugar na lista dos países preferidos pelas multinacionais para realizar os seus investimentos. Precede, assim, os EUA (quarto) e está logo atrás da China e da Índia. Em 2008, em plena crise global desencadeada pelos países da OCDE, o Brasil conseguiu atrair um IDE de mais de 45 mil milhões de dólares. No ano seguinte, o IDE reduziu-se (para 23 mil milhões de dólares) mas em 2010 voltou a recuperar e existem boas razões para se manter a um alto nível com a realização do Campeonato do Mundo da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) e dos Jogos Olímpicos (Kearney, 2012).

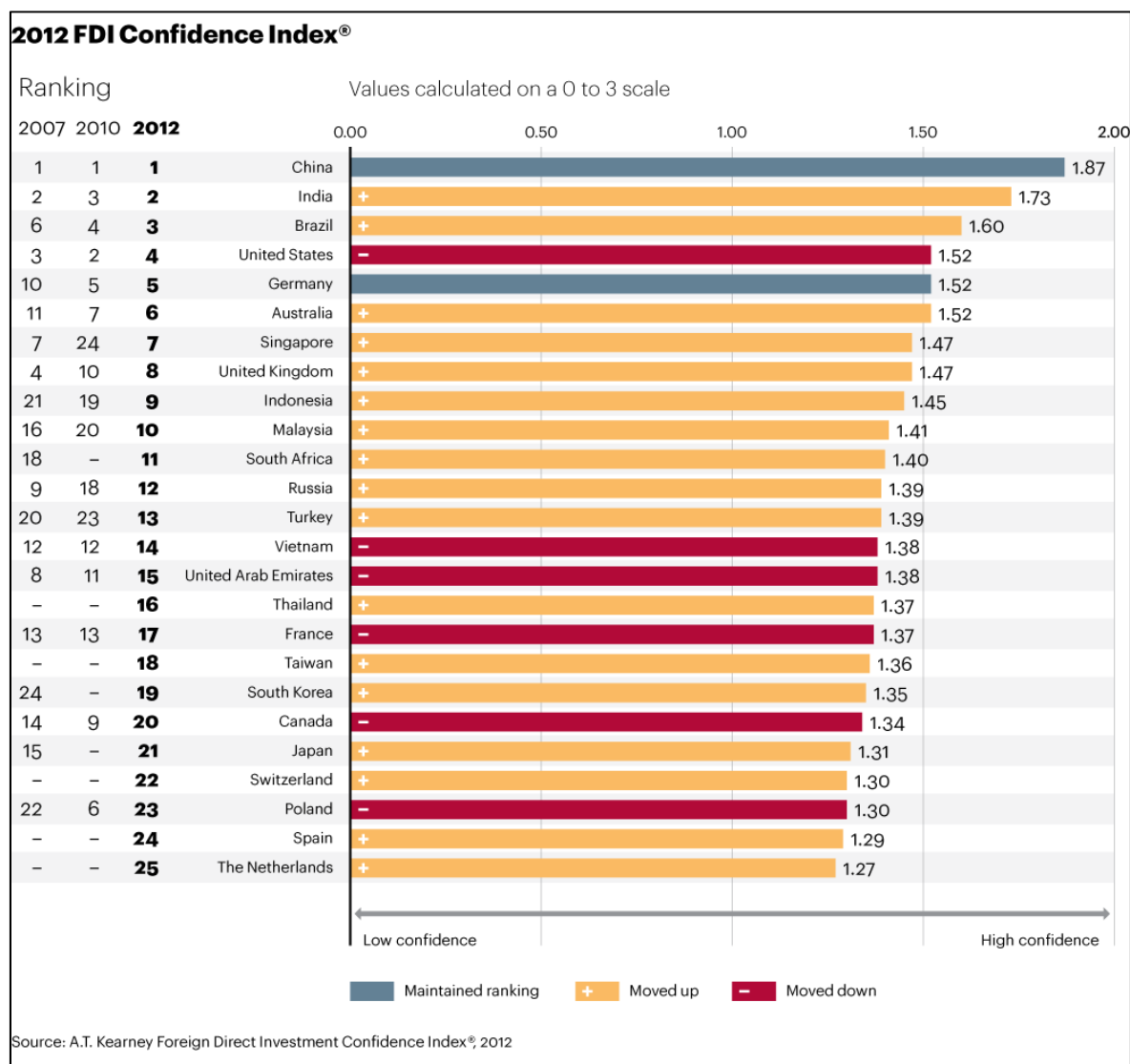
As capitalizações bolsistas dos gigantes brasileiros, como o banco Itaú e a Petrobras, são hoje superiores ou comparáveis às do BNP<sup>34</sup> Paribas e da Total e

---

<sup>34</sup>O BNP Paribas é um dos maiores bancos da Europa (*Standard & Poor's*). Foi criado em Maio de 2000 pela fusão do *Banque Nationale de Paris* com o *Paribas*.



precederam os seus homólogos espanhóis do *Banco Bilbao Vizcaya Argentaria* (BBVA) e da *Repsol/YPF*<sup>35</sup>. (Santiso, 2011, p. 275)



Fonte: A. T. Kearney Foreign Direct Investment Confidence Index, 2012

Figura 4 - Ranking dos países com maior índice de confiança do IDE em 2012

Na classificação da revista regional “*América Economia*”, que publica a lista das principais multinacionais da região, o Brasil leva a parte de leão: 25 das 60 maiores multinacionais do continente provêm do gigante brasileiro (o México dispõe de 13 nesta classificação). O gigante Brasileiro JBS-Friboi<sup>36</sup> exhibe agora mais de 80% do total das suas vendas no estrangeiro, como dos seus investimentos e dos seus efetivos, formando assim um dos grupos mais internacionalizados do país e até mesmo do continente (Ibidem).

Como se pode ver na *Universia Business Review* 2010 (Cazurra, 2010, pp. 14-33),

<sup>35</sup>Repsol YPF é um grupo petrolífero hispano-argentino.

<sup>36</sup>Maior empresa, a nível mundial, no processamento de proteína animal.



consagrada às multinacionais latinas, quer seja no setor mineiro (Vale), petrolífero (Petrobras), bancário (Itaú), aeronáutico (Embraer), da construção (Odebrecht), da siderurgia (Gerdau), das máquinas e ferramentas (WEG), dos componentes automóveis (Sabó), da engenharia (Lupatech), dos autocarros (Marcopolo) ou ainda na agro-indústria (Sadia), o Brasil dispõe hoje de um amplo conjunto de empresas em plena expansão internacional. O seu processo de maturação económica garantiu ao Brasil a aptidão para enfrentar novas crises e contribuiu para a sua autonomia estratégica no mundo, no papel de *global trader*<sup>37</sup>.

Um número considerável de grupos mundiais tira hoje grande parte dos seus lucros do Brasil, o que testemunha a importância do país à escala internacional para numerosas multinacionais. Assim, para o banco espanhol *Santander*, o mais importante da zona euro, quase um quarto dos seus lucros em 2010 foram gerados no Brasil. Para o grupo químico francês *Rhodia*, o Brasil também se tornou um país chave, concentrando mais de 17% dos lucros do grupo. No caso da Portugal Telecom, são quase 50% os lucros que em 2010 derivam do Brasil. (Santiso, 2011, p. 276).

Mas muitos outros grupos/empresas portuguesas, para além da Portugal Telecom, investiram no Brasil. A partir de 1996 as relações económicas<sup>38</sup> com o Brasil deram um enorme salto. Atualmente, mais de 12 das nossas maiores empresas estão no Brasil: a CGD, a TAP, a GALP, a EDP (renováveis, eólicas), a Mota-Engil, a Cimpor, a Martifer, a Efaced, a Logoplaste, o Grupo Pestana (9 Hotéis), o Grupo Vila Galé (5 Hotéis), o Grupo Espírito Santo, o Grupo SONAE (11 Centros Comerciais) e o Porto Bay (Hotéis & Resorts).

Existem mais grupos europeus para os quais o Brasil se tornou um mercado chave. O gigante mundial das telecomunicações *Telefonica* terá investido mais de 37 mil milhões de euros no Brasil, tornando-se, com efeito, um dos principais investidores estrangeiros. Para além dos grupos espanhóis, que têm apostado fortemente no Brasil, encontramos também outros grupos como os gigantes suíços da *Nestlé*, a *Holcim*, ou os grupos do setor automóvel *Volkswagen* e *Renault* (Ibidem).

A crise global dos anos 2008-2010 terá sublinhado igualmente o facto de que as oportunidades estão agora concentradas nos países emergentes e que os riscos tornaram-se relativos: ontem, investir nos países emergentes (Brasil incluído) era sinónimo de incerteza e volatilidade; hoje, dois anos após o fiasco da *Lehman Brothers* nos Estados Unidos e com

<sup>37</sup> País que se relaciona comercialmente com países do mundo inteiro.

<sup>38</sup> Conferência proferida pelo Embaixador João Salgueiro no IDN em 30 de março de 2012.





a crise grega de 2010 a ajudar, convém ter consciência de que investir nos países da OCDE é que pode ser sinónimo de risco e volatilidade.

O ano 2010 marca inequivocamente um momento decisivo. Para o Brasil, 2010 terá sido o ano de todos louros. O crescimento esteve de feição, fazendo do país, um dos eleitos dos investidores. A inflação, a pobreza ou mesmo a dívida são agora variáveis orientadas de forma positiva.

Em Maio de 2010, durante a cimeira Europa-América Latina e Caraíbas, que se realizou em Madrid, o Brasil, e o presidente Lula em especial, esteve em destaque (o diário espanhol *El Pais*, dedicou um número especial ao Brasil). Este é um dos paradoxos deste país: terá demonstrado ao mundo o rosto de uma democracia brilhante, cheia de vitalidade, levando ao mais alto cargo do Estado um antigo trabalhador na pessoa de Luís Inácio Lula da Silva, o que simboliza o vigor não apenas económico e social do país, mas também democrático (Idem, p. 277).

O Brasil está a tornar-se verdadeiramente uma potência económica no mundo de hoje. O crescimento económico nos dois últimos anos, em 2010 (7,5%) e em 2011 (estima-se 2,8%), levou o Brasil a ultrapassar o Reino Unido e no início deste ano passou a ser a sexta potência económica mundial (CIA, 2012).

### **c. O fator militar – a componente de *hard power***

#### **(1) A Estratégia Nacional de Defesa**

Na sua preparação para o século XXI o Brasil aprovou em 2008 a END, um documento que estabelece uma nova orientação para a defesa e desenvolvimento da Nação, definindo objetivos e métodos para a construção de uma nova estrutura de Defesa e, em particular, das FFAA. A END apresenta um projeto de médio e longo prazo (até 2030), para a reestruturação da IDB e o reequipamento das FFAA. Deste projeto destacam-se a reativação do programa nuclear, o aumento da capacidade dissuasora, da mobilidade e da presença na Amazônia (RFB, 2008).

A END procura ser a resposta à falta de capacidade militar para a “grande manobra do Itamaraty”, visando dotar o Brasil de uma componente de *hard power*<sup>39</sup> que lhe permita uma atuação complementar à do *soft power*<sup>40</sup>, pelo menos nas áreas identificadas como de interesse estratégico para o país, designadamente, a América do Sul e o Atlântico Sul.

A END organiza-se em torno de três eixos estruturantes: a reorganização das Forças

<sup>39</sup> O *hard power* respeita, essencialmente, à capacidade de coação pela força.

<sup>40</sup> Concebido por Joseph Nye no final dos anos 80, traduz a habilidade/capacidade para atrair e persuadir.





Armadas, a reestruturação da indústria de defesa e a composição dos efetivos das Forças Armadas.

Relativamente ao primeiro eixo, a par da missão constitucional, das atribuições, da cultura, das competências próprias de cada Força<sup>41</sup> e da forma de sistematizá-las em estratégia de defesa integrada, a END aponta três setores estratégicos para a defesa nacional: o espacial, o cibernético e o nuclear (RFB, 2008, p. 3).

O segundo eixo estruturante versa a reestruturação da indústria de defesa para assegurar que a satisfação das necessidades de equipamento das FFAA se apoie em tecnologias sob domínio nacional (Ibidem).

Relativamente ao terceiro eixo, as Forças Armadas devem reproduzir, na sua composição, o substrato da própria Nação através da manutenção do Serviço Militar Obrigatório (Ibidem).

De igual modo, a adoção de medidas que visam estimular na população brasileira em geral, e na administração pública em particular, o interesse por questões militares e de defesa – frequentemente mal vistas porquanto ainda muito conotadas com o período da ditadura – afigura-se uma medida importante para que os grandes investimentos que irão ser efetuados nesta área possam vir a constituir-se como consensuais na sociedade, ao invés de se tornarem questões fraturantes. Neste âmbito, a galvanização da população em torno da necessidade de defesa do seu património natural, simbolizado na Amazônia Verde e na Amazônia Azul, parece ser evidente.

## **(2) O Ministério da Defesa e as Forças Armadas**

Em 10 de junho de 1999 foi criado oficialmente o Ministério da Defesa (MD), substituindo os antigos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que foram transformados em Comandos do Ministério da Defesa. (RFB, 1999, p. 9).

A centralização administrativa das Forças Armadas num único Ministério permitiu a centralização da aquisição de equipamentos de uso comum para as Forças Armadas, ampliando a integração, a sinergia e a interoperabilidade (de equipamentos e de procedimentos) entre as Forças Armadas.

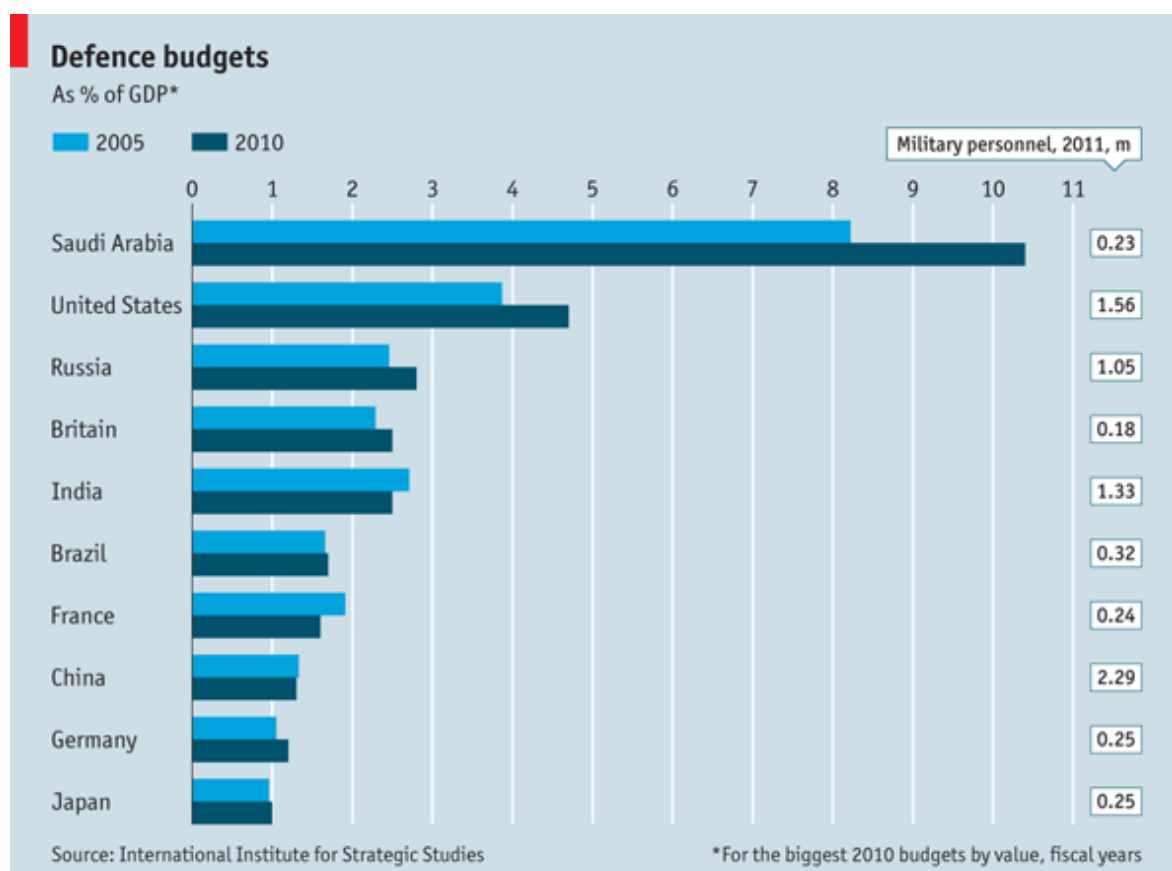
No que respeita à capacidade militar, o Brasil encontra-se a viver uma fase de transição. Se o tamanho da sua população, combinado com um sistema de serviço militar obrigatório (conscrição), faz com que o Brasil tenha as maiores FFAA da América Latina e uma distinta superioridade em meios, o desinvestimento a que se assistiu durante o final

---

<sup>41</sup> Força com o significado de Ramo das FFAA.



dos anos 80 e a década de 90, fez com que muito do equipamento brasileiro estivesse a necessitar de substituição, isto não obstante o Brasil se encontrar entre os 10 países com maiores gastos militares a nível mundial.



Fonte: *International Institute for Strategic Studies*

Figura 5 - Ranking dos dez maiores orçamentos de Defesa em 2010

Em 2002, com o lançamento do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), o Brasil deu os primeiros sinais de modernização de meios, essencialmente destinados a fazer face aos desafios colocados por novas formas de criminalidade organizada. Mas foi sobretudo a partir de 2004 – data em que o país assumiu a liderança da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) – que o Brasil voltou a aumentar progressivamente os seus gastos na área militar e iniciou uma modernização no seu equipamento, tendência que foi acentuada nos últimos três anos, com a aprovação da END e subsequente Plano Estratégico Nacional de Defesa em 2008.

Em 19 de dezembro de 2011 foi criado, no âmbito do Ministério da Defesa, um Grupo de Trabalho com a finalidade de desenvolver as ações para a elaboração do Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa<sup>42</sup> (PAED), tendo em consideração as diretrizes da

<sup>42</sup> O PAED é um plano de investimento e reequipamento das FFAA brasileiras, o equivalente à nossa Lei de Programação Militar.



END. Segundo a portaria, o PAED deverá observar uma projeção a vinte anos, a contar de 2012, considerando as seguintes projeções temporais: curto prazo, de 2012 a 2015; médio prazo, de 2016 a 2023; e longo prazo, de 2024 a 2031. (MD, 2011, p. 44).

A identificação, no âmbito deste projeto nacional, da prossecução do *hard power* como motor da alavanca do desenvolvimento do país, através de investimentos no setor industrial militar, e de nichos de tecnologia associados ao mesmo, esteve na base das exigências de transferência de uma percentagem de tecnologia inerente a todos os contratos, o que espelha a vontade brasileira de autossuficiência futura, à semelhança do que o país já havia decidido ao nível energético<sup>43</sup>.

A parceria estratégica entre o Brasil e a França, na aquisição de equipamentos, poderá chegar aos 8 300 milhões USD. O Brasil quer ser uma potência militar, pelo menos a nível regional, (Poggio, 2008) e os especialistas atestam-no (Godoy, 2008).

Atualmente está em curso um ambicioso projeto de modernização de meios, contemplando, entre outros, a aquisição de caças de 4ª geração (Projeto FX-2), a aquisição de quatro submarinos convencionais e, sobretudo, o desenvolvimento de um submarino de propulsão nuclear com o apoio francês.

Desde 1957 as FFAA já participaram em cerca de 20 Operações de Apoio à Paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Uma das mais recentes foi a MINUSTAH, comandada e constituída maioritariamente por forças brasileiras.

Atualmente o Brasil participa com uma Fragata na Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), sendo a mesma o navio chefe da respetiva Força. Estas participações favorecem a projeção do país internacionalmente e estão em coerência com a tradição da sua política externa.

Ainda no âmbito militar, merece particular relevo a questão do poder nuclear. Isto porque, como atrás referido, não obstante possuir a 6ª reserva mundial de urânio, e de ter o domínio da utilização da energia nuclear, o Brasil renunciou à posse de armas nucleares, quer através da sua constituição de 1988, quer através da assinatura, em 1998, do Tratado de Não-Proliferação (TNP), o que causou, nas palavras de Luís Felipe Lampreia, antigo Ministro das Relações Exteriores (1995-2001) “*situar o país em posição de inferioridade estratégica e faz inaudível sua voz.*”

---

<sup>43</sup> O Brasil recusou aderir à OPEP, com o argumento de que não lhe interessava ser exportador de crude, advogando antes uma aposta na capacidade de refinação futura para venda de produtos com valor incorporado.



O facto de ter renunciado ao poder nuclear diferencia-o, quer dos cinco membros permanentes do CSNU<sup>44</sup>, quer das demais potências que também se posicionam para a obtenção de um lugar permanente<sup>45</sup>.

Neste âmbito, se com a questão do desenvolvimento do submarino nuclear (por agora em colaboração com a França, mas claramente a pensar num futuro a solo), o Brasil já deu um sinal político de que pretende estar ao nível dos grandes (apenas os cinco atuais membros do CSNU possuem a tecnologia para construção de submarinos de propulsão nuclear), também ao nível da arma nuclear a questão poderá não estar completamente encerrada, uma vez que a publicação de uma tese de doutoramento em que ficou provado que existe no Brasil conhecimento sobre a elaboração da arma atómica<sup>46</sup>, acompanhada de declarações (polémicas) do ex-Vice-Presidente Alencar sobre a vantagem do poder nuclear para os interesses políticos e estratégicos do Brasil<sup>47</sup>, poderá ter evidenciado que esta renúncia continua a não ser pacífica dentro de alguns setores do país.

Não sendo plausível que o Brasil venha a violar o TNP, até pelas consequências políticas que daí poderiam advir para a sua credibilidade internacional, talvez não seja de descartar uma versão próxima da defendida pelo ex-Vice-Presidente Alencar, quando declarou que o Brasil não precisaria de fabricar a arma nuclear, bastando que pudesse comprovar ao mundo que, se quisesse, o poderia fazer.

#### **d. Síntese conclusiva**

A postura estratégica brasileira assenta na utilização dos fatores conjunturais (político, económico e militar) como instrumentos de projeção de poder. O fator económico é o pilar mais sólido e resistente, sendo através dele que os outros dois se dinamizam e evoluem. Através da sua liderança de integração sul-americana, ele surge como um importante ator global; na OMC, ao introduzir a multipolaridade nas negociações comerciais, o Brasil contrapôs a hegemonia dos EUA e da UE nos mercados mundiais.

A política externa brasileira, de carácter “expansionista”, pragmática e multilateral, tem sido eficaz na afirmação do País na região e no mundo. Na cooperação internacional, onde o seu *soft power* tem obtido enormes sucessos diplomáticos, o Brasil empenhou-se na criação de uma Plataforma específica que ampliasse a sua candidatura a um lugar de

<sup>44</sup> China, EUA, França, Reino Unido e Rússia.

<sup>45</sup> Alemanha, Índia e Japão.

<sup>46</sup> No âmbito da tese “Simulação numérica de detonações termonucleares em meios híbridos de fissão-fusão implodidos por radiação”, o físico Dalton Ellery Barroso, do Instituto Militar de Engenharia do Exército, revelou a fórmula interna de uma ogiva nuclear similar à W-87 norte-americana (Barroso, 2009).

<sup>47</sup> Em Setembro de 2009, enquanto substituiu Lula na Presidência, Alencar defendeu a capacidade nuclear brasileira para efeitos de dissuasão.



membro permanente do CSNU.

A importância atribuída à Defesa Nacional (DN) revela a preocupação do Brasil na defesa dos seus recursos naturais e da sua integridade territorial. Ao capacitar as suas FFAA para defender o seu território e projetar a sua influência além-fronteiras, se necessário, o Brasil afirma-se como potência militar regional, não necessitando de fabricar a arma nuclear, bastando apenas mostrar que o pode fazer.

A informação recolhida nas respostas às questões nº 2, 5 e 6 do questionário (Apêndice 4) vêm confirmar que o Brasil pode utilizar os fatores de poder conjunturais (político, económico e militar) na sua afirmação como ator proeminente do SPI, nas relações económicas dando prioridade aos países da América do Sul e em termos de política externa, estando presente nos *fora* de decisão mundiais.

Analisada a postura estratégica do Brasil, podemos assim validar a Hip2 *“O Brasil pode utilizar os seus fatores económico, político e militar, como instrumentos de poder, para se afirmar como ator proeminente do SPI, com particular ênfase para os fatores económico e político”*.

Esta responde à QD2 *“Quais os instrumentos de poder que o Brasil pode utilizar na sua afirmação como ator proeminente do Sistema Político Internacional?”*.



*“É preciso que o Brasil assuma a grandeza que Deus lhe deu quando criou o mundo e que os nossos diplomatas nos deram quando fizeram a divisão do espaço geográfico, no século passado.”*

*Lula da Silva*

### **3. A afirmação do Brasil no Atlântico Sul e como potência mundial**

Analisemos agora o empenhamento do Brasil na sua área de ação privilegiada – o Atlântico Sul (AS) – considerando a dialética de vontades com outras potências existentes ou emergentes, e até que ponto a sua afirmação como potência regional pode ser vista como etapa para se afirmar como potência mundial e a inerente assunção de responsabilidades.

#### **a. A importância geoestratégica do Atlântico Sul para o Brasil**

A história demonstra que os interesses marítimos do Brasil são, desde o seu nascimento como nação, amplos e decisivos. O mar foi a via de descobrimento, de colonização, de invasões, de consolidação da independência, de comércio e espaço de defesa da soberania em diversas situações, inclusive nas duas guerras mundiais, em que o Brasil participou (Ribeiro, 2006, p. 12).

O AS é o espaço natural do Brasil. É uma área que tem vindo a ganhar importância, não apenas como uma passagem para a Antártida e para o Pacífico mas sobretudo pelas interações com o Continente Africano. O Brasil é um país que desfruta de relações muito especiais com a África Ocidental e Austral. Existem várias empresas brasileiras já operando em Angola, Moçambique e um relacionamento cada vez mais estreito com Cabo Verde. (Souza, 2010).

No que diz respeito ao AS propriamente dito, uma boa parte da riqueza brasileira está aí concentrada. As recentes descobertas de petróleo e gás e os nódulos polimetálicos confirmam essa riqueza (EIA, 2012).

Um aspeto importante é a necessidade de se acompanhar e controlar o TM que nele circula, em média, 500 navios mercantes por dia. Em relação ao Brasil, cerca de 95% do seu comércio exterior flui pelo mar. Além disso, existe a navegação de cabotagem, ou seja entre portos e terminais do Brasil, como por exemplo, o transporte de petróleo e gás das plataformas de exploração marítimas para as refinarias; e a própria distribuição de combustível entre portos/terminais do litoral. (Afonso, 2011, p. 10).

O Brasil mantém boas relações com os países da América do Sul e com os EUA. E



esse relacionamento pacífico dá-lhe condições para desempenhar um papel relevante na relação com os países da América do Sul e valorizar o CDS, intensificando a cooperação entre os países da região.

Segundo o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, especial ênfase deve ser dado ao relacionamento de Defesa com os países africanos. Juntamente com o Itamaraty deve ser fortalecida a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). O país deve assegurar que o AS seja uma área livre de armas de destruição em massa, em particular de armas nucleares. Deve valorizar a discussão de temas como direitos humanos, desenvolvimento sustentável e igualdade de raça, género e crença<sup>48</sup>.

### **b. O Brasil e os principais atores no Atlântico Sul**

Com a resolução dos principais constrangimentos económicos, que condicionaram a vontade política e a diplomacia brasileira do final da ditadura até aos primeiros anos do século XXI, em conjugação com as alterações do contexto internacional, foi possível aos dois Governos do Presidente Lula da Silva (2003/2010), continuada agora pelo Governo da Presidente Dilma Rousseff, desenvolver uma política mais ativa em prol dos interesses brasileiros e, sobretudo, em prol do velho desígnio nacional de se afirmar como potência regional no AS.

Esta política, que visa projetar internacionalmente o Brasil, assenta numa dupla estratégia: consolidar o Brasil no papel da potência regional na América do Sul e interlocutor privilegiado dos EUA para esta Região (critério geográfico), e tornar o Brasil líder da cooperação Sul-Sul<sup>49</sup> (critério de país em desenvolvimento). No entanto, tendo presente a forma pacífica como o Brasil se vê nas relações internacionais, esta vontade tem vindo a ser prosseguida com recurso ao quadro multilateral e à cooperação internacional.

#### **(1) As relações Brasil – América do Sul**

No âmbito da estratégia de consolidação do Brasil como potência na América do Sul, merecem particular destaque no quadro multilateral:

- As tentativas para dinamizar/aprofundar o MERCOSUL, a que não será alheio o interesse brasileiro na recuperação do mercado argentino, principal destino regional das suas exportações;

<sup>48</sup> Palavras proferidas no seu discurso de tomada de posse como Ministro da Defesa, em 08 de agosto 2010.

<sup>49</sup> O conceito de cooperação sul-sul, também conhecido como cooperação horizontal, surge por oposição à cooperação Norte-Sul (vertical), de carácter muito unilateral. Com os seus marcos definidores plasmados no Programa de Ação para a Cooperação Económica entre Países em Desenvolvimento, este novo tipo de cooperação advoga que as similitudes entre os países do sul permitem que experiências e boas práticas de um possam ser mais facilmente adaptadas ao outro, que experiências providas de países do Norte.





- A liderança da MINUSTAH, que permitiu ao Brasil utilizar o seu poder militar como *soft power*, projetando as suas capacidades como contribuinte para Missões de Paz das NU e a sua influência numa área tradicionalmente fora da sua esfera de ação mas bem representada no âmbito das NU<sup>50</sup>;
- A criação da União das Nações Sul Americanas (UNASUL), com o objetivo de permitir ao Brasil dispor de um *forum* de maior abrangência na região, onde o país assuma o papel de protagonista, aumentando assim o seu *status* interna e internacionalmente;
- A criação do CDS, procurando criar um espaço de diálogo para a resolução de conflitos na região, em que o Brasil apareça como o principal interlocutor, aumentando o seu peso político na região e perante os EUA. De igual modo, ao nível mais estritamente militar, ao preconizar uma maior transparência nas políticas de aquisições e uma maior integração das bases industriais de defesa, procura responder também a dois grandes objetivos brasileiros: conter militarmente a Venezuela e criar um mercado regional para as suas exportações de equipamentos militares.

No quadro de revezes sofridos, os mais inesperados vieram de pequenos países como a Bolívia (com a nacionalização do gás em 2005), o Paraguai, (com as pressões sobre os preços da energia elétrica provinda da hidroelétrica de Itaipu e sobre os Brasiguaios) e o Equador (com a expulsão da Odebrecht e ameaça de não pagamento dos seus compromissos financeiros junto do BNDES). Nestes casos, a tradição pacífica do país parece ter-se voltado contra si próprio, a que acresceram motivos de índole política, com divisões no seio do poder brasileiro entre elementos do Partido dos Trabalhadores (PT) e diplomatas de carreira sobre qual a melhor forma de reagir.

Em simultâneo, a questão da radicalização verbal da Venezuela, acompanhada da aquisição de armas e de uma aproximação à Rússia, indispos o poder político e militar brasileiro, tendo contribuído para uma mudança gradual da postura do Brasil. Assim, sem deixar de se apresentar com a mesma postura, ao nível formal, nas relações internacionais, assistiu-se ao Brasil a efetuar algumas demonstrações de força no contexto regional<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> Os 13 países das Caraíbas, apesar de muito pequenos, dispõem de 13 votos no sistema onusiano.

<sup>51</sup> O primeiro exemplo foi a violação do espaço aéreo do Paraguai, durante a realização de exercícios militares próximo da sua fronteira; o segundo exemplo a retirada do Embaixador brasileiro de Quito, acompanhada da ameaça de anular a venda dos Super-Tucanos ao Equador, quando este pretendia adquiri-los para, em ternos internos, “vender à opinião pública” alguma capacidade de oposição à Colômbia.



## **(2) As relações Brasil – EUA**

No âmbito do objetivo de se constituir como interlocutor privilegiado dos EUA para a América do Sul e no quadro da cooperação internacional, são de realçar:

- A tentativa brasileira para fazer de intermediário entre os EUA e a América Latina, como sejam a oferta de meios brasileiros de transporte para a retirada de reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e iniciativas diplomáticas com o objetivo de procurar baixar o nível de animosidade entre o eixo bolivariano<sup>52</sup> e os EUA;
- A assinatura do acordo de cooperação militar com os EUA em 12 de abril de 2010, que traduz o reconhecimento do estatuto do Brasil pelos EUA<sup>53</sup> e do interesse que o país desperta.<sup>54</sup>

As relações bilaterais com os EUA iniciaram-se em 1828 e traduzem-se numa parceria estratégica que tem sofrido algumas inflexões (Cervo, 2008, p. 220). Desde 1840, ano em que a Europa “fechou as portas” aos produtos agrícolas brasileiros, que os EUA passaram a ser um dos principais destinos das exportações brasileiras. Esta relação comercial e política, descrita como “aliança não escrita”, interessava mais ao Brasil que aos EUA, que a viam apenas como económica (Idem, p. 226).

Fruto do seu desejo de hegemonia regional e de se afirmar no mundo, o Brasil tem-se colocado em campos opostos aos EUA. Pelo MERCOSUL ele opôs-se à criação da ALCA e como representante do G-20 evitou que os norte-americanos impusessem as suas condições na OMC (Idem, p. 236)

## **(3) As relações do Brasil com a Rússia, Índia e China (BRIC)**

No âmbito da estratégia de consolidar a sua posição no quadro das economias emergentes, merecem particular destaque no quadro multilateral:

- A participação ativa no *forum* BRIC, que permite ao Brasil estar no pelotão das potências emergentes a nível económico;
- A integração nos *fora* do G13<sup>55</sup> (G8 + 5) e do G20, ambos atestando o

<sup>52</sup> Liderado pela Venezuela, integra ainda a Bolívia e o Equador.

<sup>53</sup> Recorde-se que desde 1977 que não existia um acordo entre ambos (MRE, 2012).

<sup>54</sup> Se se tiver presente a reação do poder político brasileiro à reativação da IV Frota dos EUA e, mais recentemente, à assinatura do acordo militar Colômbia-EUA, a assinatura deste acordo poderá comprovar o crescente papel do Brasil aos olhos dos EUA e atestar a vontade do Brasil em cativar os EUA com vista a contar com o seu apoio para um lugar no CSNU.

<sup>55</sup> O G13 é constituído pelo Grupo dos Oito (G8), que reúne as sete nações mais industrializadas do mundo, EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá, mais a Federação Russa; e por cinco países em desenvolvimento, China, Índia, México, Brasil e África do Sul.



reconhecimento do peso das economias emergentes no sistema internacional, que saiu ainda mais reforçado no contexto da recente crise financeira internacional. Refira-se, a título de exemplo, o facto de ter sido no âmbito do G20 que o Brasil apareceu a solicitar a reformulação das Instituições de *Bretton Woods* (tendo efetuado uma significativa contribuição para o FMI) e defendeu uma alternativa ao USD como moeda de referência mundial (Salvo, 2011, pp. 136-142);

#### **(4) As relações de cooperação Sul-Sul**

No âmbito da estratégia para tornar o Brasil líder da cooperação Sul-Sul, merecem particular destaque no quadro multilateral:

- A integração na CPLP e a utilidade potencial desta na afirmação do Brasil no contexto Sul-Sul e nas relações com a UE. A importância da CPLP reside, por um lado, na capacidade dos seus membros para interagir nos interesses comuns e, por outro, de cada um poder servir de interlocutor dos restantes, junto das organizações e alianças onde cada um se integra.
- A criação do G3 ou IBAS, que reunindo o Brasil, a África do Sul e a Índia, pretende ser uma plataforma de cooperação sul-sul que exponencie o peso e a visibilidade dos seus membros a nível internacional.
- A dinamização de grandes Cimeiras com áreas geográficas do Sul, como as Cimeiras América Latina-África e América Latina-Países Árabes com vista a estreitar relações político-económicas com estes países, procurando, em simultâneo, novos mercados para o Brasil e o apoio destes para a pretensão brasileira a um lugar de membro permanente do CSNU.

#### **(5) As relações Brasil – África**

Ainda no âmbito da estratégia de cooperação Sul-Sul, mas no quadro da cooperação internacional, uma particular importância foi conferida ao Continente Africano, designadamente aos países da África Ocidental e Austral. Neste contexto, o Brasil vai:

- Recuperar a sua política africana da década de 70, sobretudo do período do Presidente Geisel (1974-79), para reforçar sua vertente política, económica e comercial nestes países, através do incremento do número de Embaixadas e pessoal diplomático e da presença de grandes empresas brasileiras nestes países;
- Transformar o antigo *Princípio da Autodeterminação dos Povos* em *Princípio*



da *Solidariedade*, utilizando os argumentos de não ter um passado colonial e de ser a maior nação negra fora de África para projetar a sua cooperação técnica para o desenvolvimento<sup>56</sup>;

- Exportar programas sociais concebidos para a resolução de problemas internos brasileiros, como o Programa Fome Zero, o Bolsa-Escola<sup>57</sup>, a utilização de antirretrovirais genéricos no combate ao HIV/SIDA e o Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel, para o estreitar das relações com África;
- Utilizar a sua cooperação técnico-militar e técnico-policial, para catapultar a sua experiência junto de organismos multilaterais, como sejam a ONU<sup>58</sup> e a União Africana<sup>59</sup>.

### c. A afirmação do Brasil como potência mundial

#### (1) Uma política de defesa assertiva

A intenção brasileira de aumentar a sua participação nos *fora* de decisão mundial, traz consigo obrigações que são próprias do poder económico e político, mas sobretudo do poder militar, que traduzirá em ação os objetivos do poder político.

Um país que pretende ter dimensão internacional tem que ter nas FFAA um exemplo da sua capacidade e da sua competência. O investimento é fundamental para diminuir as vulnerabilidades e para que o país possa assumir as suas responsabilidades na cena internacional. Uma política de defesa assertiva é necessária ao desenvolvimento económico e também a uma política externa soberana.

A partir da visão geopolítica de Golbery do Couto e Silva, apresentada nas pp. 7-8 do presente trabalho, vislumbramos importantes desafios para as FFAA, inseridas, logicamente, no contexto do poder militar, nomeadamente:

- Atuar, através de ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais (RFB, 1999, p. 7);
- Incrementar o intercâmbio com os países da América do Sul, assumindo uma posição de liderança;

<sup>56</sup> Esta cooperação é coordenada pelo MRE e pela Agência Brasileira de Cooperação.

<sup>57</sup> O Bolsa Escola é um subsídio concedido às famílias que possuem pelo menos uma criança/adolescente (3-17 anos) na escola, com o intuito de incentivar a sua permanência na mesma.

<sup>58</sup> Como complemento à sua liderança da *Peace Building Commission* das NU e à sua crescente participação no quadro do Gabinete das NU na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), o Brasil deu início a programas bilaterais de cooperação técnico-militar e técnico policial com este país.

<sup>59</sup> De que é exemplo a formação de um contingente moçambicano para Missões de Operações de Paz no âmbito da UA.



- Executar ações de diplomacia militar em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores;
- Preparar-se para realizar missões de paz sob a égide das NU.

A END procura ser a resposta à falta de capacidade militar para a “grande manobra do Itamaraty”, visando dotar o Brasil de uma componente de *hard power* que lhe permita uma atuação complementar à do *soft power*, pelo menos nas áreas identificadas como de interesse estratégico para o país, designadamente, a América do Sul e o Atlântico Sul.

A política de defesa brasileira voltou a ter um papel relevante na estratégia nacional. A importância atribuída à DN pelo ex-Presidente Lula da Silva, e seguida também pela Presidente Dilma Rousseff, embora com restrições orçamentais<sup>60</sup>, revela a preocupação do Brasil na defesa dos seus recursos naturais e da sua integridade territorial. Ao capacitar as suas FFAA para defender o seu território e projetar a sua influência além-fronteiras, o Brasil satisfaz os seus compromissos internacionais e afirma-se como potência militar regional.

Fator importante e que atrai os olhos do mundo para a região é o meio ambiente, especialmente na região amazónica. A ocupação e a exploração racional dos seus recursos é uma resposta concreta às questões da comunidade internacional de que a região de maior biodiversidade do mundo e com as maiores reservas de água doce, não está sendo bem cuidada pelos Estados Amazónicos. Medidas comuns, tomadas em conjunto pelos países da região, podem afastar a “cobiça” de outros países.

O Brasil e a Colômbia, que fazem fronteira na região da selva amazónica, já possuem um sistema de troca de informações. Estes Estados têm um plano bilateral para combater o crime organizado nas suas fronteiras. O Ministro da Defesa, Celso Amorim, defende uma ação sul-americana conjunta no combate ao crime transnacional (Lusa, 2012).

No mesmo sentido, o planeamento comum para a vigilância e conservação dos recursos naturais existentes nas zonas marítimas que são por direito dos países costeiros (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar), no caso do Brasil a “Amazónia Azul”, concerteza que trará mais prosperidade e capacidade de defesa dos recursos da região.

No campo militar, a falta de fortes antagonismos entre os países da América do Sul facilita o respetivo intercâmbio. Projetos comuns de tecnologia dual, favorecendo a indústria de defesa, são duplamente válidos: incrementam a confiança mútua no campo

---

<sup>60</sup> O orçamento aprovado para 2011 previa 27,1 mil milhões de euros (61,4 mil milhões de reais) para o Ministério da Defesa, no entanto foi reduzido (corte decidido pela Presidente Dilma) em cerca de 1,8 mil milhões de euros (4,3 mil milhões de reais) (Documento de Análise de Defesa 5/DGPDN, 14Jun11).



estratégico e viabilizam a própria indústria, pois isoladamente, qualquer país sul-americano não tem economia de escala para encomendas de material militar e a exportação é inibida pela concorrência das grandes potências.

## (2) As responsabilidades do Brasil como potência mundial

Num mundo multipolar, os atores globais (potências mundiais) têm responsabilidades acrescidas, ao lidar com os problemas internacionais, no que diz respeito à paz, estabilidade e prosperidade globais, estando subjacente a essa responsabilidade, investir recursos (humanos, materiais e financeiros).

Se o Brasil quer ser um ator global, então deve assumir as suas responsabilidades, não sendo aceitável que se defina como um país em desenvolvimento, quando quer evitar essas mesmas responsabilidades, e como um *global player* quando quer afirmar-se.

Segundo a ex-Secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, “*um mundo multipolar requer comprometimento multipolar com a segurança e a prosperidade globais.*” (JCNET, 2011)

Os EUA têm criticado a postura adotada pelo Brasil e pelos restantes BRIC nas recentes votações no CSNU. Os quatro abstiveram-se na votação da resolução 1973 do CSNU contra a Líbia, que permitiu a intervenção da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), e não apoiaram um projeto de resolução contra o governo sírio (idem). Os países ditos emergentes, onde se inclui o Brasil, devem atuar como potências com responsabilidade.

Para Albright, “*é preciso ter o desejo de dividir as responsabilidades sobre os problemas que ocorrem fora da sua região, de investir recursos em outras partes do mundo. O Brasil deve-se questionar se quer ser mesmo uma potência mundial.*” (idem).

Se quer ser uma potência mundial então tem que reforçar o seu comprometimento com a segurança e a prosperidade globais, partilhando das responsabilidades dos problemas internacionais e investindo recursos como o fazem os outros atores globais. Para o efeito, deve dispor de unidades para participar em Operações de Paz, adestrando-as como Forças Expedicionárias. Estas Forças irão permitir que o país esteja presente em operações multilaterais sob a égide das NU, ou de outras organizações regionais, independentemente de conseguir ou não a tão almejada cadeira permanente no CSNU.

O Brasil tem um papel potencialmente importante a desempenhar no cenário global, aproveitando o prestígio e a legitimidade conferida pela sua economia crescente, o seu compromisso com a democracia e a sua experiência como líder da cooperação técnica para



o desenvolvimento. Por isso, deve também aumentar o intercâmbio com os países sul-americanos e com os países africanos do AS, assumindo uma posição de liderança, que é a forma de utilizar a sua política externa, inserindo-se aí o conceito de diplomacia militar.

Não faltando ao país massa crítica, com os recursos económicos bem administrados e havendo vontade nacional em torno de um projeto, o Brasil poderá assumir as palavras do ex-Presidente Lula da Silva quando declarou “*cansámo-nos de ser uma potência emergente*” e mostrar ao mundo que quer ser uma potência mundial.

#### **d. Síntese conclusiva**

O desenvolvimento de uma política em prol do velho desígnio nacional de se afirmar como potência regional no AS, e que visa projetar internacionalmente o Brasil, assenta numa dupla estratégia: consolidar o Brasil no papel da potência regional na América do Sul e interlocutor privilegiado dos EUA para esta Região, e tornar o Brasil líder da cooperação Sul-Sul.

A END procura ser a resposta à falta de capacidade militar, visando dotar o Brasil de uma componente de *hard power* que lhe permita uma atuação complementar à do *soft power*, pelo menos nas áreas identificadas como de interesse estratégico para o país, designadamente, a América do Sul e o Atlântico Sul. Ao capacitar as suas FFAA para defender o seu território e projetar a sua influência além-fronteiras, o Brasil satisfaz os seus compromissos internacionais e afirma-se como potência militar regional.

Mas, enquanto o Brasil não assumir as responsabilidades de uma potência, no que diz respeito aos problemas internacionais, reforçando o seu comprometimento com a paz, a estabilidade e a prosperidade no mundo, as potências globais não o reconhecerão como tal.

Com a informação recolhida, nas respostas às questões nº 7 e 8 do questionário (Apêndice 4), podemos concluir que a afirmação da influência do Brasil no AS pode ser vista como uma etapa para a sua afirmação como potência mundial. No que diz respeito à assunção de responsabilidades, o Brasil tem vontade e capacidade (faltando-lhe o *hard power*) para assumir em pleno o palco mundial.

Fica assim validada a Hip3 “*As relações de cooperação com os principais atores com interesses no AS são determinantes para a afirmação do Brasil como potência regional e esta pode, de fato, ser vista como etapa para a sua afirmação como potência mundial, com a inerente assunção de responsabilidades*”.

Esta responde à QD3 “*Em que medida a afirmação da influência do Brasil no AS pode ser vista como uma etapa para a afirmação do Brasil como potência mundial?*”.





*“Há um descompasso entre a crescente influência internacional brasileira e nossa capacidade de respaldá-la no plano da Defesa. Uma não será sustentável sem a outra.”*

*Celso Amorim*

## **Conclusões**

Tendo presente o enunciado do tema que nos foi proposto entendeu-se que, sem deixar de analisar, à luz dos fatores geopolíticos e geoestratégicos, as capacidades do Brasil na atual conjuntura internacional, e as suas relações com os principais atores internacionais, mormente na sua área de ação privilegiada, o AS, se avaliasse a sua aptidão e vontade para se afirmar como potência mundial, procurando identificar os instrumentos de poder e as responsabilidades inerentes a esse estatuto. Assim, o trabalho desenvolveu-se na procura da resposta à seguinte QC: **“De que forma o Brasil se pretende afirmar como ator proeminente do SPI e assumir as responsabilidades inerentes ao estatuto de potência mundial?”**

Para responder à QC adotámos um procedimento metodológico que nos levou a procurar validar as Hip que formulámos para as QD. Assim, enquadrando o Brasil à luz das principais teorias geopolíticas, efetuámos o estudo do seu potencial estratégico, verificando que o Brasil já é a potência regional sul-americana e que poderá ser potência mundial a médio prazo (2020 a 2030), o que dá resposta à QD1. De seguida analisámos os instrumentos de poder que o Brasil tenderá a utilizar na sua afirmação como ator relevante do SPI, verificando que este pode utilizar os fatores conjunturais, político, económico e militar, como instrumentos de poder, dando resposta à QD2. As relações de cooperação com os principais atores com interesses no AS são determinantes para a afirmação do Brasil como potência regional, verificando que esta pode ser vista como etapa para a sua afirmação como potência mundial, com a inerente assunção de responsabilidades, respondendo à QD3.

Ao analisarmos os fatores geopolíticos/geoestratégicos do Brasil concluímos que, a nível económico, a dimensão territorial, a população e os seus recursos naturais, colocam o país no patamar das grandes potências económicas, com perspectivas de que a sua posição, no *ranking* mundial, possa vir a subir à medida que tiver lugar uma maior coesão interna, uma maior integração regional e uma maior internacionalização da economia e das empresas brasileiras no mundo. O Campeonato do Mundo da FIFA a realizar no Brasil em 2014 e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016 são o reflexo visível de uma



potência económica em ascensão.

Em termos globais, como potência emergente, as previsões apontam-no como uma das importantes economias em 2020-2025, o que associado ao pico de população em idade ativa, nesse período, possibilita antever a sua ascendência a potência mundial a médio prazo (2020 a 2030). Esta tendência de evolução do poder e dos desígnios do Brasil só se concretizará, efetivamente, se as vulnerabilidades que possui atualmente forem colmatadas.

A nível político, a utilização da estratégia multilateral e da cooperação internacional sul-sul, enquanto instrumentos privilegiados do *soft power* brasileiro, surtiram um efeito muito positivo, com o país a estar hoje presente, na sua qualidade de potência económica ou de representante do mundo em desenvolvimento, em todos os *fora* relevantes, onde se discutem as grandes questões da atualidade, como sejam o G13 e o G20, faltando-lhe apenas a integração como membro permanente no CSNU. No entanto, o facto de estar presente, ainda não faz do Brasil uma potência mundial, como também ainda não lhe confere o direito de não ser confrontado, inclusive por Estados mais fracos, em áreas do seu “entorno” estratégico.

Assim, para que o país possa, no atual contexto das relações internacionais - ainda muito marcado por equilíbrios de poder baseados na força – aspirar a um papel de maior participação e intervenção nas grandes questões de política externa, bem como, a não ser confrontado com questões do seu interesse estratégico, terá que desenvolver a sua capacidade de *hard power*, senão para a utilizar, pelo menos para convencer os demais da possibilidade de o vir a fazer.

A vontade demonstrada pelo poder político do Brasil com a adoção da END, e respetivo PAED, representa um significativo passo em frente para que o país possa dispor, num futuro próximo, de um instrumento adicional de poder que acompanhe o nível de participação a que o país aspira a nível mundial. No entanto, o poder político brasileiro tem que decidir se, em casos onde interesses importantes estejam direta ou indiretamente em jogo, está disponível para infletir a sua tradicional política de resolução pacífica dos diferendos e fazer uso, proporcional, dos meios coercivos ao seu dispor.

Não sendo plausível que o Brasil venha a violar o TNP, até pelas consequências políticas que daí poderiam advir para a sua credibilidade internacional, talvez não seja de descartar uma posição próxima da defendida pelo ex-Vice-Presidente Alencar, quando declarou que o Brasil não precisaria de fabricar a arma nuclear, bastando que pudesse comprovar ao mundo que, se quisesse, o poderia fazer.

O Brasil tem um papel importante a desempenhar no cenário global, aproveitando o



prestígio e a legitimidade conferida pela sua economia crescente, o seu compromisso com a democracia e o seu *status* e experiência como líder da cooperação Sul-Sul (cooperação técnica para o desenvolvimento).

Não faltando ao país massa crítica, com os recursos económicos bem administrados e havendo vontade nacional em torno de um projeto, o Brasil poderá assumir as palavras do ex-Presidente Lula da Silva, quando declarou “*cansámo-nos de ser uma potência emergente*”, e mostrar ao mundo que **quer ser uma potência mundial**.

O potencial estratégico do Brasil, percebido das capacidades que os fatores geopolíticos e geoestratégicos lhe conferem, posiciona-o como a potência regional na América do Sul e como potência mundial a médio prazo (2020 a 2030).

Pelas razões e respostas aduzidas às QD, e confirmadas também pela informação recolhida do questionário aplicado no âmbito da investigação (Apêndice 4), consideramos concretizados os objetivos propostos para este estudo e, consequentemente, respondida a QC, concluindo que **a afirmação do Brasil como potência mundial passa pela sua afirmação como potência regional no AS e pela assunção das suas responsabilidades, no que diz respeito aos problemas internacionais, reforçando o seu comprometimento com a segurança e prosperidade globais.**



## Bibliografia

- AEB, 2012. *Programa Espacial*. [Em linha] Brasília: Agência Espacial Brasileira (AEB). Disponível em: <http://www.aeb.gov.br/>, [Consult. 10 fev. 2012]
- Afonso, CAB et al., 2011. *A importância do Brasil e de Portugal na segurança do Atlântico Sul*. TIG do CPOG (2010/11). Lisboa: IESM.
- Almeida, PFAV, 1990. *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: ISCSP.
- Almeida, PFAV, 1994. *Ensaio de geopolítica*. Lisboa: ISCSP.
- Amorim, C et al., 2003. *A política externa do Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão.
- ANAC, 2012. *Anuários Estatísticos do Transporte Aéreo*. [Em linha] Brasília: Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Disponível em: <http://www2.anac.gov.br/estatistica/anuarios.asp>, [Consult. 08 fev. 2012].
- Andrade, RMV, 2008. *A Geopolítica do Brasil*. Breve Estudo do CPOS-M (2007/08). Lisboa: IESM.
- ANTAQ, 2012. *Navegação interior*. [Em linha] Brasília: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/Portal/Institucional.asp>, [Consult. 08 fev. 2012].
- ANTT, 2012. *Infraestrutura rodoviária e ferroviária*. [Em linha] Brasília: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Disponível em: <http://www.antt.gov.br/>, [Consult. 08 fev. 2012].
- Araújo, MJ, 2007. *Fundamentos do Agronegócio*. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Aron, R, 1962. *Paix et guerre entre les nations*. Paris: Calmann-Lévy
- Barroso, DGE, 2009. *A física dos explosivos nucleares*. São Paulo: Editora livraria da física.
- Batalha, X, 2010. Brasil Emerge. *Vanguardia: Dossier*, 36, 3-103.
- Berbém, AN, 2001. *O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada*. Lisboa: ISCSP.
- Bichara, JS, 2008. Política exterior brasileira: multilateralismo e integración. *Política Exterior*, 126, 93-103.
- Bicho, CSM, 2011. *A afirmação do Brasil como ator proeminente do Sistema Político Internacional*. Entrevistada por José Gonçalves. DGPDN/MDN, 14 dec. 2011.
- Blanco, S, 2011. Brasil, el gigante de Sud-América con vocación mundial: un proyecto inacabado. *Cuadernos de Estrategia – IEEE*, 151, 123-163.
- Boehmer, HIS, 2009. *A Segurança do Atlântico Sul - O Papel do Brasil*. TII do CPOG (2008/09). Lisboa: IESM.
- Boniface, P, 2008. *Dicionário das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Editora.
- Brigagão, C, 2011. Brasil: Relações Internacionais com os Estados Unidos e a América do Sul. *Relações Internacionais – IPRI*, 29, 83-90.



- Casanova, L, 2009. *Global Latinas: Latin America's Emerging Multinationals*. New York: Palgrave McMillan.
- Castro, T, 1996. *Atlântico Sul: geopolítica e geoestratégia*. LS813-96. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra.
- Castro, T, 1986. *Retrato do Brasil: Atlas-texto de Geopolítica*. Rio de Janeiro: Biblioteca Exército Editora.
- Castro, ZO et al., 2006. *Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil 1825-2000*. Lisboa: Instituto Diplomático/MNE.
- Cazorra, AC, 2010. Multilatinas. *Universia Business Review*, n.º 25, 1<sup>er</sup> trimestre, pp. 14-33. [Em linha] Madrid: Portal Universia S.A.. Disponível em: [http://ubr.universia.net/pdfs\\_web/25010-01.pdf](http://ubr.universia.net/pdfs_web/25010-01.pdf), [Consult. 18 fev. 2012].
- Cervo, AL, 2008. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Cervo, AL et al., 2010. *História da política exterior do Brasil*. 3<sup>a</sup> edição revista e ampliada, 2<sup>a</sup> reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- CIA, 2004. *Mapping the global future. Report of the National Intelligence Council's 2020 Project*. [Em linha] Washington: National Intelligence Council. Disponível em: <http://www.foia.cia.gov/2020/2020.pdf>, [Consult. 22 fev. 2012].
- CIA, 2012. *The World Factbook: Brazil*. [Em linha] Washington: CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>, [Consult. 05 fev. 2012].
- Correia, PP, 2002. *Manual de geopolítica e geoestratégia*. Volume I. Coimbra: Quarteto Editora.
- Costa, D, 2009. *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Couto, AC, 1988. *Elementos de Estratégia*. Volume I. Lisboa: IAEM.
- Cruz, AAAD, 2012. *Afirmção do Brasil como potência mundial*. Entrevistado por José Gonçalves. Embaixada do Brasil em Lisboa, 18 jan. 2012.
- Defarges, PM, 2003. *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Dellagnezze, R, 2008. *200 anos da indústria de defesa do Brasil*. [Em linha] Disponível em: [www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/200ANOS.pdf](http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/200ANOS.pdf), [Consult. 05 fev. 2012].
- Duarte, AP, 2012. *O Brasil: as responsabilidades de uma potência*. Entrevistado por José Gonçalves. Instituto da Defesa Nacional, 28 mar. 2012.
- EIA, 2012. *Country Analysis Briefs – Brazil*. [Em linha] Washington: US Energy Information Administration. Disponível em: <http://205.254.135.7/countries/cab.cfm?fips=BR>, [Consult. 05 fev. 2012].
- FAOSTAT, 2012. *Food and Agricultural commodities production*. [Em linha] Food and Agriculture Organization. Disponível em: <http://faostat.fao.org/default.aspx>, [Consult. 18 jan. 2012].
- Filho, RM, 2010. *Estratégia Nacional de Defesa: Desafios ao desenvolvimento soberano do Brasil*. TII do CPOG (2009/10). Lisboa: IESM.



- Flores, MC, 1984. *Atlântico Sul – Uma perspectiva naval brasileira*. Lisboa: ISNG.
- Fonseca, F, 1987. O Brasil e a cooperação entre o Atlântico Norte e Sul. *Estratégia*, nº 3, 143-154. Lisboa: IEEI.
- Godoy, R, 2008. *Acordo pode firmar Brasil como potência, diz analista*. [Em linha] São Paulo: Jornal Estadão on-line. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,acordo-pode-firmar-brasil-como-potencia-diz-analista,124389,0.htm>, [Consult. 15 nov. 2011].
- Governo, 2011. *Diretrizes do Governo*. [Em linha] Brasília: Presidência da República Federativa Brasil. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/presidenta/diretrizes-de-governo>, [Consult. 11 jan. 2012].
- Gratiús, S et al., 2007. *Brasil: Inseguridad en Democracia*. [Em linha] Madrid: Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE). Disponível em: [www.fride.org/.../COM\\_Brasil\\_InseDemo\\_ESPjul07.pdf](http://www.fride.org/.../COM_Brasil_InseDemo_ESPjul07.pdf), [Consult. 20 jan. 2012].
- Guimarães, SP, 2005. *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- IBGE, 2012. *Indicadores*. [Em linha] Porto Alegre: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores.php>, [Consult. 10 fev. 2012].
- IBRAM, 2012. *Produção Mineral do Brasil*. [Em linha] Brasília: Instituto Brasileiro de Mineração. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/150/15001001.asp>, [Consult. 22 mar. 2012].
- Salgueiro, J, 2012. *As relações Portugal-Brasil na atualidade*. In: Instituto da Defesa Nacional, 30 de março de 2012.
- IESM, 2007. *Manual Escolar ME 71-00-08 – Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. Lisboa: IESM.
- IESM, 2011. *Norma de execução permanente nº DE 218, de 15 de Setembro de 2011*. Lisboa: IESM.
- INPE, 2012. *Plano Diretor do INPE para o período 2011-2015*. [Em linha] São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Disponível em: <http://www.inpe.br/>, [Consult. 10 fev. 2012].
- JCNET, 2011. *Brasil deve assumir mais responsabilidade internacional, diz Madeleine Albright*. [Em linha] São Paulo: Jornal da Cidade on-line. Disponível em: <http://www.jcnet.com.br/noticias.php?codigo=222475>, [Consult. 14 nov. 2011].
- Jobim, NA et al., 2010. *Segurança Internacional – Perspectivas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Kearney, AT, 2012. *Foreign Direct Investment (FDI) Confidence Index*. [Em linha] New York: ATKearney. Disponível em: <http://www.atkearney.com/index.php/Publications/foreign-direct-investment-confidence-index.html>, [Consult. 08 nov. 2011].
- Lopes, FJC, 2010. *A importância do triângulo Portugal – PALOP - Brasil como garante de segurança do Atlântico Sul. Possibilidades de afirmação da CPLP no domínio da defesa no Atlântico Sul*. TII do CPOG (2009-10). Lisboa: IESM.





- Lusa, 2012. *Brasil e Colômbia estudam combate conjunto ao crime organizado*. [Em linha] Aveiro: Notícias Sapo, Defesa. Disponível em: [http://noticias.sapo.pt/internacional/artigo/brasil-e-colombia-estudam-combate-conjunto-ao-crime-organizado\\_13640229.html](http://noticias.sapo.pt/internacional/artigo/brasil-e-colombia-estudam-combate-conjunto-ao-crime-organizado_13640229.html), [Consult. 23 fev. 2012].
- MAPA, 2012. *Agronegócio brasileiro*. [Em linha] Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/animal>, [Consult. 03 fev. 2012].
- Matos, FJ, 2005. *Brasil: Potência Regional no século XXI? Desafios ao Poder Naval*. Rio de Janeiro: EGN.
- Matos, FJ, 2010. *A questão da segurança regional: Integração Sul-Americana como resposta às ameaças do início do século XXI*. Tese de Dissertação de Mestrado em Ciência Política. UFRJ.
- Mattos, CM, 1990. *Geopolítica e Teoria de Fronteiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- MD, 2008. Portaria Normativa n.º 142/MD, de 25 de janeiro de 2008. *Aprova os Regimentos Internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Defesa*. Diário Oficial da União, 28 de janeiro de 2008 (n.º 19, Seção 1, p. 15).
- MD, 2011. Portaria n.º 3906/MD, de 19 de dezembro de 2011. *Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa*. Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 2011 (n.º 243, Seção 1, p. 44).
- MDN, 2012. *Brasil – A nova Defesa: Restruturação do Ministério da Defesa: Conferência do CEMCFA do Brasil, Gen Ex José Carlos de Nardi*. Instituto da Defesa Nacional, 9 de março de 2012. Lisboa: MDN.
- MME, 2012. *Energias renováveis no Brasil*. [Em linha] Brasília: Ministério de Minas e Energia (MME). Disponível em: [http://www.mme.gov.br/programas/proinfa/menu/programa/Energias\\_Renovaveis.html](http://www.mme.gov.br/programas/proinfa/menu/programa/Energias_Renovaveis.html), [Consult. 03 fev. 2012].
- Moreira, A, 2000. *Estudos da Conjuntura Internacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MPR, 2012. *Ranking do Poder Militar na América do Sul*. [Em linha] Military Power Review. Disponível em: <http://www.militarypower.com.br/index.htm>, [Consult. 28 fev. 2012].
- MRE, 2011. *Mesa Redonda da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. [Em linha] Brasília: Itamaraty. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/mesa-redonda-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-brasilia-6-e-7-de-dezembro-de-2010>, [Consult. 13 nov. 2011].
- MRE, 2012. *Relações bilaterais – EUA*. [Em linha] Brasília: Itamaraty. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais>, [Consult. 08 mar. 2012].
- MT, 2012. *Política de Transporte*. [Em linha] Brasília: Ministério dos Transportes (MT). Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/>, [Consult. 08 fev. 2012].
- Neri, MC, 2011. *A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Editora Saraiva.





- PAC 2, 2012. *Programa de Aceleração do Crescimento – 2.ª fase*. [Em linha] Brasília: Portal Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2>, [Consult. 08 fev. 2012].
- Pagliari, GC, 2009. *O Brasil e a segurança na América do Sul*. Curitiba: Juruá Editora
- Pitrez, RF, 2012. *Afirmção do Brasil como potência mundial*. Entrevistado por José Gonçalves. Embaixada do Brasil em Lisboa, 18 jan. 2012.
- Poggio, G, 2008. *Para Lula, Brasil será potência regional após acordo com a França*. [Em linha] Poder Naval. Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/2008/12/26/para-lula-brasil-sera-potencia-regional-apos-acordo-com-a-franca/#axzzlrYeq4wuv>, [Consult. 15 nov. 2011].
- Quivy, R et al., 2003. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 3.ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Rebelo, A et al., 2004. *Seminário: Política Externa do Brasil para o século XXI*. 2.ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- RFB, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 5 de outubro.
- RFB, 1999. Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*. Alterada pelas LC n.º 117, de 2 de setembro de 2004 e LC n.º 136, de 25 de agosto de 2010 (já inseridas no texto). [Em linha] Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/forcasarmadasorganizacao.htm>, [Consult. 08 nov. 2011].
- RFB, 2005. Decreto n.º 5484, de 30 de junho de 2005. *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 1 de julho.
- RFB, 2008. Decreto n.º 6.703, de 18 de dezembro de 2008. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 19 de dezembro.
- Ribeiro, HML, 2008. *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico – Contributo*. Lisboa: Gradiva.
- Ricupero, R, 2011. O que nos reservam as próximas décadas? O Futuro visto de uma perspectiva Brasileira. *Relações Internacionais – IPRI*, 29, 05-13.
- Sachs, G, 2010. *Investing in Brazil's New Middle Class*. London/New York: Goldman Investment Research.
- Salvo, M, 2011. *A inserção das economias emergentes e a distribuição de poder no cenário político internacional*. Tese de Dissertação de Pós-graduação em Economia. UFRGS.
- Santiso, J, 2006. *Latin America's Political Economy of the Possible: Beyond Good Revolutionaries and Free Marketers*. Cambridge: Mass., MIT Press.
- Santiso, J, 2009. L'émergence des multinationales latines. *Revue d'Économie Financière*, n.º 95. [Em linha] Paris: Association d'Économie Financière. Disponível em: <http://www.aef.asso.fr/servlets/ServePDF?id=54515>, [Consult. 16 fev. 2012].
- Santiso, J, 2011. Brésil: L'essor d'une puissance. In : Montbrial, T et al., 2011. *Rapport Annuel de l'Institut Français des Relations Internationales 2011*. Paris: IFRI. Partie 9.



- Santos, VM, 2007. *Introdução à Teoria das Relações Internacionais. Referências de enquadramento teórico-analítico*. Lisboa: ISCSP.
- Schneeberger, CA et al., 2003. *Minimanual compacto de Geografia do Brasil: teoria e prática*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel.
- Seixas, CHS, 2008. *A cooperação dos países do MERCOSUL frente o cenário internacional*. TII do CPOG (2007/08). Lisboa: IESM.
- Serafim, CFS et al., 2006. *A Importância do mar na História do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação.
- Silva, JA, 2010. *Atlântico Sul. Um Tratado para a Paz ou uma Rota de Colisão Geopolítica – REFLEXÃO*. Angra do Heroísmo: Ed. Autor.
- Silva, LIL et al., 2003. *A Política Externa do Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais - IPRI/FUNAG
- Sousa, F, 2005. *Dicionário de Relações Internacionais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Souza, CV, 2010. *A dívida externa brasileira é produtiva*. Entrevistado por Revista Segurança e Defesa. Embaixada do Brasil em Lisboa, s.d..
- Valente, DJR, 2009. *Brasil, o despertar do gigante sul-americano*. TII, CEMC 2008/2009. Lisboa: IESM
- Varas, A, 2008. *Brasil en Sudamérica: de la indiferencia a la hegemonía*. [Em linha] Madrid: Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior Disponível em: [www.fride.org/descarga/COM\\_Brasil\\_sudamerica\\_ESP\\_may08.pdf](http://www.fride.org/descarga/COM_Brasil_sudamerica_ESP_may08.pdf), [Consult. 17 fev. 2012].
- Vidigal, AAF et al., 2006. *Amazônia Azul: O mar que nos pertence*. Rio de Janeiro: Record.
- Wilson, D et al., 2003. *Dreaming with BRIC's: The Path to 2050*. [Em linha] London: Goldman Sachs. Disponível em: <http://www.goldmansachs.com/ceoconfidential/CEO-2003-12.pdf>, [Consult. 16 fev. 2012].
- Zweig, S, 1941. *Brasil, um país do futuro*. Traduzido do alemão por K. Michahelles. Porto Alegre: L&PM Editores.



## Anexo A – Sistematização dos Fatores Geopolíticos/Geoestratégicos

FACTOR FÍSICO  (Território)		EXTENSÃO (Dimensões e Superfície) LOCALIZAÇÃO (Posição relativa) CONFIGURAÇÃO (Forma e fronteiras) MORFOLOGIA (Relevo e Hidrografia) SOLO (Natureza geológica do solo) VEGETAÇÃO (Revestimento vegetal) CLIMA MAR E VIAS NAVEGÁVEIS MEIO AERO-ESPACIAL ACIDENTES CULTURAIS
FACTOR HUMANO  (População)	DEMOGRAFIA (Aspectos quantitativos)	EFFECTIVOS POPULACIONAIS DISTRIBUIÇÃO E DENSIDADE TAXA DE CRESCIMENTO COMPOSIÇÃO OU ESTRUTURA
	ETNOGRAFIA (Aspectos qualitativos)	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS INTELECTUAIS E MORAIS HOMOGENEIDADE OU HETEROGENEIDADE NÍVEL CULTURAL E CIENTÍFICO
FACTOR RECURSOS NATURAIS		ENERGETICOS MINERAIS ALIMENTARES
FACTOR CIRCULAÇÃO		COMUNICAÇÕES DE TRANSPORTE COMUNICAÇÕES DE RELAÇÃO
FACTOR TECNOLÓGICO		CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO
FACTOR ESTRUTURAS		POLÍTICAS ECONÓMICAS SOCIAIS MILITARES etc.

Fonte: ME 71-00-08, ELEMENTOS DE ANÁLISE GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA, IESM

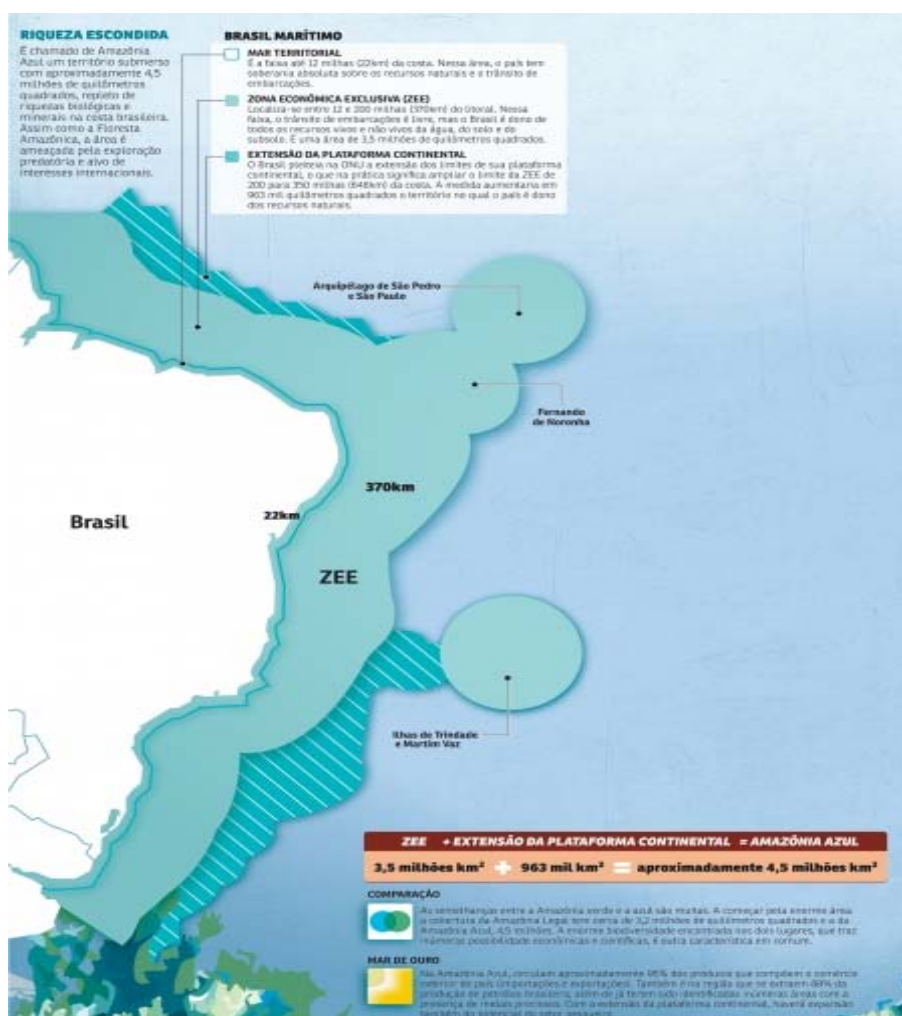


## Anexo B – Amazônia Azul

*“Hoje, os espaços marítimos brasileiros atingem aproximadamente 3,5 milhões de km<sup>2</sup>.*

*O Brasil está pleiteando, junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), a extensão dos limites de sua Plataforma Continental, além das 200 milhas náuticas (370 km), correspondente a uma área de 963 mil km<sup>2</sup>.*

*Após serem aceites as recomendações da CLPC pelo Brasil, os espaços marítimos brasileiros poderão atingir aproximadamente 4,5 milhões de km<sup>2</sup>. Uma área maior do que a Amazônia verde. Uma outra Amazônia em pleno mar, assim chamada, não por sua localização geográfica, mas pelos seus incomensuráveis recursos naturais e grandes dimensões”* ([www.mar.mil.br](http://www.mar.mil.br), 2012).



Fonte: <http://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/2009/12/03/brasil-tenta-incorporar-cerca-de-1-milhao-de-km%C2%B2-ao-seu-territorio-maritimo/>



## **Apêndice 1 – Glossário de conceitos**

### **Atores das Relações Internacionais**

*“Por atores das Relações Internacionais entendemos todos os agentes ou protagonistas com capacidade para decidir das relações de força no sistema internacional, isto é, agentes com poder para intervir e decidir das Relações Internacionais aos seus mais variados níveis, de forma a poderem atingir os seus objetivos. A Política Internacional depende, em grande parte, do jogo de atores. Dentro dos atores podemos distinguir o ator principal (o Estado)” [...]. (Sousa, 2005, p. 5)*

### **Estado**

De acordo com Cabral Couto (1988, p. 19), é uma sociedade organizada *“de forma soberana num território bem definido, gerida por um governo destinado a satisfazer as necessidades essenciais dos indivíduos e grupos que a compõem e que, em regra, evidenciam padrões culturais comuns, governo esse que detém o monopólio da força física.”*

### **Estratégia**

Podemos definir a Estratégia como *“a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política”* (Couto, 1988, p. 209).

### **Geopolítica**

Para Therezinha de Castro (IESM, 2007, p. 60) *“é o estudo dos precedentes históricos em função dos ambientes geográficos; os resultados deste estudo levam a conclusões práticas aplicáveis ou não à atualidade. É, na prática, a consciência geográfica do Estado”*.

A definição que adotamos é a do IESM (idem, p. 9), onde a Geopolítica é o *“estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade da ciência política”*.





## Geoestratégia

Para Lopes Alves é a *“ciência que visa o estudo e a análise dos fatores geográficos, nos seus aspetos qualitativos e quantitativos, com vista a determinar, para os governos, orientação de esforço ou sugestões que sirvam a sua estratégia”* (IESM, 2007, p. 61).

A definição adotada neste trabalho é a do IESM (idem, p. 11), onde a Geoestratégia é *“o estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica”*.

## Hierarquia das potências

A partir da definição do conceito de poder (potência), é possível estabelecer uma hierarquia entre os Estados, em função da sua vontade e das suas capacidades de ação na cena internacional, [...] para um período predefinido (Boniface, 2008, p. 279):

**Potência** – Estado que exerce *“um papel preponderante na cena internacional”*.

**Superpotência** – Estado que tem *“a capacidade e o interesse em agir de modo universal. Aliás, nenhuma questão importante de ordem internacional poderá ser resolvida sem o seu acordo.”* (Ibidem).

**Grande potência** – Estado *“que tem interesses no grande espaço em que se insere e, nesse âmbito, dispõe de forças para os defender contra qualquer potência da área”* (Almeida, 1994, p. 17).

**Média potência** – *“A que tem interesses que ultrapassam o âmbito nacional e dispõe de meios credíveis para negociar esses interesses”* (Ibidem).

**Potência regional** – Estado que dispõe *“de uma influência predominante nos problemas regionais, faltando-lhe um ou mais dos elementos essenciais do poder”* (Boniface, 2008, p. 280).

**Pequena potência** – Estado que *“pelas suas capacidades limitadas é vulnerável do ponto de vista da sua segurança e que a procura reduzir através de alianças”* (Ibidem).

**Países emergentes** – *“Países que descolaram ou estão em vias disso, no plano do seu potencial económico, do Terceiro Mundo e que hoje, apesar das suas diferentes fragilidades, fazem parte do Segundo Mundo”* (Ribeiro, 2008, p. 243).



## **Instrumentos de poder**

Um método clássico para avaliação do potencial é a chamada fórmula do poder nacional de Ray Cline,  $Pp = (C + E + M) \times (S + W)$ , em que Pp é o poder percebido, C é a massa crítica (população + território), E e M as capacidades económica e militar, S é o objetivo estratégico e W a vontade de executar a estratégia nacional (Correia, 2002, p. 85). Esta é conferida pelos instrumentos ou fatores de poder estruturais (geografia, população, cultura e caráter nacional) e conjunturais (políticos, económicos e militares) (Almeida, 1994, p. 15).

## **Poder**

Para Cabral Couto (1988, p. 40) o poder é a *“capacidade de um ator político impor a sua vontade a outro ator político, mediante a suposição de sanções eficazes nos casos de uma não-aceitação dessa vontade”*.

## **Política externa**

*A política externa pode ser definida como a atividade pela qual os Estados agem, reagem e interagem. [...] A implementação de uma política externa requer, por parte do Estado, a utilização de vários instrumentos como, por exemplo, as capacidades económica e militar* (Sousa, 2005, pp. 144-145).

## **Potencial estratégico**

*“O Potencial estratégico pode ser definido como o conjunto de forças de qualquer natureza, morais e materiais, que um estado pode utilizar em apoio da sua estratégia. Em última análise, conduz-nos ao conhecimento das possibilidades e vulnerabilidades estratégicas de um Estado”* (Couto, 1988, p. 241).

## **Sistema Político Internacional**

*“Conjunto de centros interdependentes de decisões políticas que interatuam com uma certa frequência e regularidade”* (Couto, 1988: 19) e regido pelos princípios fundamentais da soberania, integridade territorial e igualdade legal dos Estados.



**Apêndice 2 – Quadro síntese das variáveis económicas**

Variáveis	2011	2010
<b>PIB (ppc) (8º no ranking)</b>	2284 M Milhões USD	2172 M Milhões USD
<b>PIB - per capita (ppc) (100º)</b>	11.600 USD	11.239 USD
<b>PIB (taxa de câmbio oficial)</b>	2518 M Milhões USD	
<b>PIB - taxa crescimento real</b>	2,8%	7,5%
<b>PIB - composição por setor</b>	Agricultura: 5,8% Indústria: 26,9% Serviços: 67,3%	
<b>População total (5º)</b>	197 Milhões	195 Milhões
<b>Força de trabalho (6º)</b>	104,3 Milhões	
<b>Força de trabalho - por ocupação</b>	Agricultura: 20% Indústria: 14% Serviços: 66%	
<b>Taxa de desemprego (62º)</b>	6,1%	6,7%
<b>População abaixo da linha da pobreza</b>	17%	26% (2008)
<b>Investimento (bruto) (134º)</b>	19% do PIB	
<b>Orçamento</b>	Rendim: 1005 M Milhões USD Despesas: 931 M Milhões USD	
<b>Impostos e outras receitas (42º)</b>	39,9% do PIB	
<b>Excedente orçamental (19º)</b>	2,9% do PIB	
<b>A dívida pública (46º)</b>	54,4% do PIB	40,2% do PIB
<b>Taxa de inflação (150º)</b>	6,9%	5,0 %
<b>Produção de eletricidade</b>		461,1 M Milhões KWh (2009 est.)
<b>Consumo de eletricidade</b>		421 M Milhões KWh (2009 est.)
<b>Produção de petróleo (13º)</b>	2,30 Milhões bbl/cia	2.746 Milhões bbl/dia
<b>Produção de gás natural (27º)</b>	24,07 M Milhões m³	12,41 M Milhões m³
<b>Exportações (24º)</b>	250,8 M Milhões USD	201,9 M Milhões USD
<b>Exportações – parceiros</b>		CHN 15,2%, USA 9,6%, ARG 9,2%, NLD 5,1%, DEU 4,0%
<b>Importações (21º)</b>	219,6 M Milhões USD	181,7 M Milhões USD (est.)
<b>Importações – parceiros</b>		USA 15%, CHN 14,1%, ARG 7,9%, DEU 6,9%, KOR 4,6%
<b>Investimento direto estrangeiro (13º)</b>	426,4 M Milhões USD	368,4 M Milhões USD
<b>Dívida – externa (26º)</b>	410 M Milhões USD	346,5 M Milhões USD

Fonte: Elaboração do autor (CIA The World Factbook 2012; OCDE Yearbook 2012)



### Apêndice 3 – Quadro síntese da análise geopolítica/geoestratégica

FACTOR	POTENCIALIDADES	VULNERABILIDADES	DESAFIOS E OPORTUNIDADES
FÍSICO	<ul style="list-style-type: none"><li>- Posição geográfica</li><li>- Dimensão continental</li><li>- Extensão da ZEE</li><li>- Domínio do Atlântico Sul (extensão costeira)</li><li>- Controlo de áreas estratégicas (Amazônia)</li><li>- Maior bacia fluvial</li><li>- Maior reserva de água doce</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Dificuldade de controlo do espaço de soberania</li><li>- Extensão da fronteira terrestre Integração física do país</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Número de vizinhos facilita formação de blocos económicos</li><li>- Aproveitamento sustentado da Amazônia</li><li>- Reforço da defesa e projeção no Atlântico Sul</li></ul>
HUMANO	<ul style="list-style-type: none"><li>- Quinto país mais populoso</li><li>- População jovem</li><li>- Aumento esperança de vida</li><li>- Nova classe média</li><li>- Língua, religião e cultura como fatores de coesão</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Assimetrias sociais</li><li>- Pobreza</li><li>- Elevado índice Gini</li><li>- Baixa densidade populacional</li><li>- População fixada no litoral</li><li>- Educação</li><li>- Analfabetismo</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- População atinge massa crítica para projetar poder (200 milhões)</li><li>- Crescimento sustentado</li><li>- População garante elevada produtividade nas próximas décadas</li></ul>
RECURSOS NATURAIS	<ul style="list-style-type: none"><li>- Um dos maiores produtores agrícolas (soja, café, açúcar)</li><li>- Líder setor agropecuário</li><li>- Rico em recursos minerais (ferro, nióbio, urânio)</li><li>- Autossuficiente em energia (petróleo, biocombustíveis, hidroelétrica e renováveis)</li><li>- Grande biodiversidade</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Agronegócio provocou insuficiência alimentar</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolvimento tecnológico (nuclear, industrial)</li><li>- Relações comerciais impulsionadoras da política externa</li><li>- Reserva petrolífera que poderá servir como contrapeso à OPEP</li></ul>
CIRCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"><li>- Extensão da rede hidroviária</li><li>- Desenvolvimento do transporte aéreo</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Sistema rodoviário deteriorado</li><li>- Sistema ferroviário deteriorado e subaproveitado</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Aproveitamento da rede hidroviária</li><li>- Investimento em infraestruturas pelo PNLT e através do PAC 2</li></ul>
TECNOLÓGICO	<ul style="list-style-type: none"><li>- Domínio das tecnologias espacial, aeronáutica, automóvel e nuclear</li><li>- Crescimento das TI</li><li>- Crescimento biotecnologia</li><li>- Capacidade industrial</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Escasso investimento na IDB</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Investir na IDB</li><li>- Área <i>software</i>, fármacos e semicondutores</li></ul>
ESTRUTURAS	<ul style="list-style-type: none"><li>- Estrutura do governo organizada e democrática</li><li>- Programas de desenvolvimento, de inclusão social e de controlo da violência</li><li>- Sexta economia mundial e maior sul-americana</li><li>- Empresas globais</li><li>- Potencial militar de dimensão regional</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Casos de corrupção política</li><li>- Violência e crime organizado</li><li>- Evasão fiscal generalizada</li><li>- Elevada carga fiscal</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Fortalecimento do MERCOSUL</li><li>- Em 2020 poderá ser grande potência económica e política</li><li>- Investimento nas FFAA potencia liderança regional</li></ul>

Fonte: Elaboração do autor



## Apêndice 4 – Análise de resultados do questionário

### Trabalho de Investigação Individual

Editar Formação

Criar questionário

Coletar respostas

Analise resultados

Exibir resumo

Procurar respostas

Filtrar respostas

Respostas de referência cruzada

Baixar respostas

Compartilhar respostas

Relatório padrão

+ Adicionar relatório

### Resumo da resposta

Total de questionário iniciado: 51

Total de questionário concluído: 51 (100%)

PÁGINA: BRASIL: AS RESPONSABILIDADES DE UMA POTÊNCIA

1. No âmbito das relações internacionais e da hierarquia entre Estados, qual o papel e o lugar do Brasil na atual conjuntura?

Criar gráfico

Baixar

	% de respostas	Contagem de resp.
É uma potência global	3,9%	2
É uma potência regional	70,6%	36
Em vias de ser potência global	3,9%	2
Será potência global a médio prazo (2020)	9,8%	5
Será potência global a longo prazo (2030)	25,5%	13
Nunca será potência global	7,8%	4
Está perdendo protagonismo regional	0,0%	0
Outro (especifique) Mostrar respostas		3
questão respondida		51
questão ignorada		0

2. Quais os instrumentos de poder que o Brasil pode utilizar na sua afirmação como ator proeminente do Sistema Político Internacional?

Criar gráfico

Baixar

	% de respostas	Contagem de resp.
Factores económico, diplomático, militar e cultural	40,0%	20
Factores económico, diplomático e militar	6,0%	3
Factores económico, diplomático e cultural	30,0%	15
Factores económico e diplomático	16,0%	8
Factor económico	8,0%	4
Outros (especifique) Mostrar respostas		2
questão respondida		50
questão ignorada		1

3. Tendo em conta os instrumentos de poder que contribuem para a afirmação do Brasil no Mundo, quais as suas principais potencialidades?

Criar gráfico

Baixar

	% de respostas	Contagem de resp.
Crescimento económico	70,6%	36



Estabilidade democrática	33,3%	17
Paz com os países vizinhos	35,3%	18
Coesão nacional pela língua	29,4%	15
Capacidade de dissuasão	9,8%	5
Recursos naturais	70,6%	36
Outras (especifique) Mostrar respostas		4
questão respondida		51
questão ignorada		0

4. Tendo em conta os instrumentos de poder que contribuem para a afirmação do Brasil no Mundo, quais as suas principais vulnerabilidades?

Criar gráfico

Baixar

	% de respostas	Contagem de resp.
Assimetrias sociais	66,7%	34
Má distribuição de renda	37,3%	19
Analfabetismo	13,7%	7
Problemas sociais	31,4%	16
Corrupção	58,8%	30
Dimensão das fronteiras	19,6%	10
Crimes transnacionais / narcotráfico	27,5%	14
Outras (especifique) Mostrar respostas		7
questão respondida		51
questão ignorada		0

5. Como é que o Brasil pretende utilizar a sua política económica, tendo em atenção a actual situação dos mercados mundiais, para se afirmar como actor proeminente no actual contexto internacional?

Criar gráfico

Baixar

	% de respostas	Contagem de resp.
Mantendo forte presença nos fora multilaterais	45,1%	23
Mantendo forte presença na Organização Mundial do Comércio (OMC)	19,6%	10
Liberalizar o comércio reforça a sua posição	3,9%	2
Internacionalizar a sua economia	39,2%	20
Liderar o Mercosul	47,1%	24
Dando prioridade a relações económicas com:	25,5%	13
Países da América do Sul	54,9%	28
Países da União Europeia	29,4%	15
Países Emergentes (BRICS)	45,1%	23
África	39,2%	20
EUA	29,4%	15
China	35,3%	18



Japão	11,8%	6
Outro (especifique) Mostrar respostas		4
questão respondida		51
questão ignorada		0

6. Quais as principais linhas de orientação em matéria de política externa e quais os actores do Sistema Político Internacional prioritários para o Brasil?

Criar gráfico

Baixar

	% de respostas	Contagem de resp.
Promover a integração da América do Sul	54,9%	28
Preservar e fortalecer o Mercosul	60,8%	31
Valorizar a cooperação com a CPLP	23,5%	12
Melhorar as relações com a UE	21,6%	11
Promover alianças com os países emergentes	51,0%	26
Melhorar as relações com os EUA	27,5%	14
Fortalecer a ONU e os organismos internacionais	31,4%	16
Propor a reforma do CSNU	45,1%	23
Aumentar a inserção brasileira nos fora de decisão mundiais	72,5%	37
Combater o terrorismo	9,8%	5
Promover os direitos humanos	19,6%	10
Defender o meio ambiente	33,3%	17
Outras (especifique) Mostrar respostas		3
questão respondida		51
questão ignorada		0

7. Em que medida a afirmação da influência do Brasil no Atlântico Sul - sua área de acção privilegiada - pode ser vista como uma etapa para a afirmação do Brasil como potência mundial?

Criar gráfico

Baixar

	N/A	Pouco importante	Importante	Muito importante	Decisivo	Média de avaliação	Contagem de resp.
Afirmação do Brasil no Atlântico Sul	0,0% (0)	3,9% (2)	31,4% (16)	37,3% (19)	27,5% (14)	3,88	51
questão respondida							51
questão ignorada							0

8. Até que ponto o Brasil tem vontade e capacidade efectiva para assumir em pleno o palco mundial?

Criar gráfico

Baixar

	Sim	Não	Não tenho a certeza	N/A	Contagem de resp.
Vontade	76,0% (38)	4,0% (2)	20,0% (10)	0,0% (0)	50
Capacidade	44,9% (22)	26,5% (13)	24,5% (12)	4,1% (2)	49
Outro (especifique)					~





## Apêndice 5 – Diagrama de validação das hipóteses

Questão Central	Questões Derivadas	Hipóteses	Validação das Hipóteses	Resposta à Questão Central
<b>De que forma o Brasil se pretende afirmar como ator proeminente do SPI e assumir as responsabilidades inerentes ao estatuto de potência mundial?</b>	Tendo em consideração as capacidades que os fatores geopolíticos e geoestratégicos lhe conferem, qual o potencial estratégico do Brasil para se afirmar a nível global?	O potencial estratégico do Brasil, percebido das capacidades que os fatores geopolíticos e geoestratégicos lhe conferem, posiciona-o como potência regional, na América do Sul, e como potência mundial a médio prazo.	Hipótese validada  (Página 20)	A afirmação do Brasil como ator proeminente do SPI passa pela sua afirmação como potência regional no AS e pela assunção das responsabilidades inerentes, reforçando o seu comprometimento com a segurança e prosperidade globais.  (Páginas 43 a 45)
	Quais os instrumentos de poder que o Brasil pode utilizar na sua afirmação como ator proeminente do SPI?	O Brasil pode utilizar os seus fatores económico, político, cultural e militar, como instrumentos de poder, para se afirmar como ator proeminente do Sistema Político Internacional, com particular ênfase para os fatores económico e político.	Hipótese validada  (Páginas 32 e 33)	
	Em que medida a afirmação da influência do Brasil no Atlântico Sul pode ser vista como uma etapa para a afirmação do Brasil como potência mundial?	As relações de cooperação com os principais atores com interesses no Atlântico Sul são determinantes para afirmação do Brasil como potência regional e esta pode, de facto, ser vista como etapa para a sua afirmação como potência mundial, com a inerente assunção de responsabilidades.	Hipótese validada  (Página 42)	